

Polêmica nas oposições: CANDIDATO DE LUTA OU DE ACOMODAÇÃO?

Operários de Betim em greve contra arrocho

A luta começou na Fiat, que paga os mais baixos salários da indústria automotiva mundial. Pág. 10

Três greves unidas nas universidades federais

Docentes, funcionários e residentes pararam. Pág. 7

A luta pela conquista das diretas-já está ligada à escolha democrática de um candidato único das

oposições, capaz de galvanizar os milhões de brasileiros que se opõem ao continuísmo dos donos do po-

der. Mas não é assim que pensam as estrelas da cúpula política, que arquitetam em gabinetes fecha-

dos uma candidatura de acomodamento com o regime.

Página 3



Não há força que detenha a imprensa dos explorados

Na página 9, mais um recorde de apoio militante à Tribuna Operária. Na pag. 5 a história de uma tradição de tenacidade que nasceu junto com nosso proletariado

Desemprego e fome, o drama de Pixote, longe do cinema

Após o filme que comoveu o mundo, a revolta ao ver a irmã pedir comida. Pág. 10

TORIAL

Articulação sem povo

O regime militar está em frangalhos. O partido oficial, o PDS, se desmoralizou e rachou em inúmeras correntes. A cúpula governamental se debate em conflitos cada dia maiores. Dentro das próprias Forças Armadas não é possível esconder as divergências. Mas apesar disto o tema ainda encontra fôlego para tentar se perpetuar. Como se explica isto?

Por que o movimento oposicionista não age com energia para romper de uma vez com todas as estruturas apodrecidas e odiadas pelos brasileiros? Por que a própria campanha pelas diretas-já, que traduzia com vigor o desejo nacional de pôr fim ao regime, não encontra no momento as formas práticas para dar prosseguimento ao movimento de massas?

Por trás destes problemas não se vê a posição e a força das diversas classes e camadas sociais diante da crise econômica, social e política que abala o nosso país.

O proletariado e as demais camadas populares lutam pelas diretas-já, sem reserção alguma. Visam criar um novo quadro político, de tenham liberdade para organizar e marchar com segurança para romper com o domínio imperialista sobre a pátria, sepultar a praga do latifúndio, golpear mortalmente os grandes monopólios, principalmente as grandes empresas multinacionais.

Mas as forças operárias e populares ainda precisam avançar no seu grau de consciência e organização para as condições de tomar a iniciativa política em suas mãos e promover as transformações em pauta.

A oposição burguesa, por sua vez, vacila diante do assombro do movimento popular que radicaliza a luta contra o regime. Considera que para defender seus privilégios de classe é melhor temporizar e não forçar a

ruptura com o sistema. Este é o conteúdo central da articulação mineira em curso. Antes de pensar em novas manifestações, quer amarrar um acordo das elites através de um candidato único de conciliação. As massas só entrariam neste jogo para referendar soluções. No máximo para impedir alguma manobra de última hora dos atuais governantes.

Esta saída, sem cheiro de povo, atende às forças conservadoras. Despreza os grandes comícios realizados em todo o país, abdica do conteúdo principal da campanha pelas diretas-já, pode se contentar com alguns retóricas na emenda Figueiredo atualmente em discussão no Congresso Nacional. Este caminho pode resultar em acordos com o próprio imperialismo e, por baixo do pano, em concessões importantes aos generais no poder.

Urge portanto que as massas populares mantenham firmes as suas bandeiras. Apesar de não romper a frente democrática, o povo não tem porque abdicar de seus direitos. Não abrir mão das diretas-já e da mobilização de ruas como instrumento democrático insubstituível. Pugnar por um candidato único das oposições, mas não pelo conchavo das cúpulas para a conciliação. Um candidato aprovado em convenção nacional democrática e popular com base em um programa básico imediato. Programa de ruptura com o regime em busca da liberdade.

Neste programa de unidade duas questões são essenciais no momento: o rompimento com o FMI, com suspensão do pagamento da dívida externa até que a nação possa se pronunciar a respeito, e a convocação de uma Constituinte livremente eleita, com poderes reais para elaborar uma nova Carta Magna, de acordo com as aspirações democráticas de nossa gente.



O boneco de Teotônio Vilela assiste junto com o povo a manifestação onde todos os oradores, mais de 40, defenderam a volta do povo às ruas.

Diretas-já nas ruas de Brasília

Com mais de 20 mil pessoas, o maior comício da história de Brasília impulsiona uma segunda fase da campanha pelas diretas-já. Página 4

Terroristas perseguem vereadora da oposição

O carro de Jussara Cony, vereadora de Porto Alegre, incendiado por agentes do regime que ela sempre combateu com firmeza. Pág. 4

A Motorádio não pagava os salários em dia e humilhava as mulheres. Não deu outra: a greve mostrou a revolta, organização, e fez multinacional japonesa recuar.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grubis

Sete grandes se reúnem para oprimir os pequenos

Reunião de imperialistas em Londres examina como apertar mais a corda no pescoço dos países endividados. Página 2

Os "Sete Grandes" tramam a cobrança da dívida externa

Os seis maiores países do capitalismo ocidental, além do Japão, reúnem-se em Londres dia 7 de junho. Os chamados "Sete Grandes" respondem por 60% do produto mundial. Liderados pelos imperialistas norte-americanos, tentam administrar o mundo. Em 1984 um osso está na garganta dos "Grandes": a politização da dívida externa da América Latina.

As reuniões desse comitê de imperialistas devem tratar da guerra do Irã e do Iraque, dos conflitos na América Central, da instalação dos mísseis na Europa. No entanto há um ponto crucial, que deverá tomar grande parte da pauta: a dívida externa dos subdesenvolvidos, principalmente da América Latina, onde há indicações de ruptura no tecido social e ameaças de rebelião geral.

Alguns fatos demonstram a tendência na América Latina: os protestos populares contra a dívida externa na República Dominicana que causaram 60

mortes e levaram o país a um rompimento com o FMI; a moratória unilateral declarada pela Bolívia (veja box), que durante 48 meses não quer pagar um tostão de juros ou prestações da dívida externa com os bancos privados; a suspensão — sem consulta nenhuma — de pagamentos da dívida externa comercial decretada pelo Equador, e que atinge um quarto de bilhão de dólares.

AREIA MOVEDIÇA

A situação chegou a tal ponto que até o Brasil — junto com a Argentina, México e Colômbia

— participou da redação de uma carta de protesto contra a alta dos juros, que pede melhores condições para o pagamento da dívida. Nesse documento, lançado no dia 19 de maio, foi proposta uma reunião de devedores, que deve se dar nesta quinta-feira em Bogotá.

Pelas declarações de Reagan e de Thatcher, a dívida não será um assunto tão importante. Mas os devedores procuram chamar atenção: dez países latino-americanos, incluindo o Brasil, entregaram outra carta, pedindo que a ministra inglesa ajude a forçar a discussão política da dívida. É uma atitude servil, pedir que a onça não coma a galinha, mas não deixa de refletir a crescente pressão dos povos latino-americanos sobre seus governos.

Nossa América está sendo sugada pelos pagamentos da dívida

externa, que era de 257 bilhões de dólares em 1981, passou para 290 em 1982, chegou a 310 em 1983 e atinge no fim deste primeiro semestre a quantia de 350 bilhões de dólares! Apesar de ser região pobre e de estar castrada pelas orientações determinadas pelo FMI, a América Latina tem fornecido vultosos recursos para as grandes potências, em particular os Estados Unidos. Nos últimos dois anos (1982 e 1983) transferiu 50 bilhões de dólares para os países ricos — parece mentira. Mas os dados são da ONU (Organização das Nações Unidas). Somando todos os dólares que entraram na região (seja como empréstimos ou pagamentos de exportações) e subtraindo os dólares que saíram para pagamento da dívida externa, importações e serviços (juros, prestações, royalties), dá uma diferença de 50 bilhões de dólares. Não é à toa que os países ricos, em particular os Estados Unidos, estão conseguindo um certo alívio econômico: descarregam sua crise nos países pobres.

CORDE NO PESCOÇO

Os países da América Latina estão pagando em média 35% do valor de suas exportações a título de juros da dívida. No Brasil esta porcentagem chega a 44%, na Argentina a 55%.

Apesar da união contra os pobres, há também fortes contradições no seio dos sete grandes. As taxas de juros, por exemplo, empurradas pelos gastos do governo norte-americano. A política seguida pelos EUA tem levado a guerra a todos os cantos do mundo, desencadeando a maior corrida armamentista da história. Para manter esse império mundial, o governo americano raspa o dinheiro no mercado financeiro, forçando a alta dos juros. Não há saída a curto prazo, na lógica do capital financeiro: quanto mais rebeldia, mais gastos com repressão e envoltórios, que por sua vez trazem taxas de juros mais altas e mais rebeldia.

Greves impõem moratória na Bolívia

A moratória decretada pela Bolívia dia 31, após uma reunião de 10 horas entre o presidente Siles Suazo e a poderosa Central Operária Boliviana — COB —, é um magnífico exemplo de vitória operária e popular sobre a política do FMI para a América Latina. Foi uma decisão imposta ao governo por um movimento de massas que paralisou o país durante 47 dias.

O movimento começou quando Siles Suazo — eleito diretamente em 1982 por uma coalisão de esquerda — curvou-se à pressão do capital imperialista e decretou uma política segundo o figurino do FMI: desvalorização de 300% no peso, a moeda nacional; e aumentos de 200% em vários gêneros básicos.

No mesmo dia 13 de abril, as greves começaram a pipocar em setores operários, outras categorias assalariadas e até comerciantes. Os funcionários do Banco Central simplesmente se recusaram a aplicar a desvalorização do peso. Os mineiros do estanho, legatários por sua combatividade, pararam também, denunciando uma "traição" do presidente. Em algumas cidades, houve barricadas e invasões de armazéns. Dois dias depois, a 15 de abril, a COB deflagrou uma primeira greve geral, de 48 horas.

TRADIÇÕES HERÓICAS

O ímpeto da resistência ao FMI lastreava-se nas tradições de luta de classe do movimento operário e sindical boliviano, que tem raízes profundamente enraizadas nas empresas — especialmente nas minas de estanho. Na praça central da grande mina Siglo XX, por exemplo, a estátua de um operário, talhada em bronze, empunha um fusil. A história da mina está repleta de heroísmo de classe: dezembro de 1942, "Greve do Estanho", 50 mortos; dezembro de 1963, "Massacre Branco"; setembro de 1965, 82 mortos; junho de 1967, "Noite de São João", 26 mortos; dezembro de

1977, greve de fome coletiva; julho de 1980, barricadas.

Em fins de abril, Siles Suazo ameaçava renunciar, julgando ainda "inaceitável" a posição da COB em favor da moratória unilateral da dívida externa boliviana, de 4 bilhões de dólares.

Os sindicatos, porém, não se intimidaram. Juan Lechin, 70 anos, presidente da COB, comentava: "Este governo comete gafe atrás de gafe; somos obrigados a defender a democracia que conquistamos".

A luta continuou. Logo após o 1º de Maio, a COB chefiou outra greve geral, desta vez de 72 horas. Ao lado do embate contra as medidas de fome, travava-se também uma luta aguda dentro do movimento sindical, contra erros de direita e de "esquerda". Prevaleceu, contudo, a firmeza vinda das massas trabalhadoras. Dia 15 de maio, o ministro das Finanças, Flávio Machicado, demitiu-se "para não obstaculizar as negociações entre o presidente Hernán Siles Suazo e a COB". Era um

prelúdio da vitória.

Encetadas as negociações, passou-se a lançar mão, em ampla escala, de outra forma de luta: a greve de fome. Quando a vitória chegou, havia 6 mil trabalhadores em greve de fome no país.

A moratória boliviana significa a suspensão por dois anos do pagamento da dívida junto aos bancos privados, e a limitação dos pagamentos a governos e agências, tipo Banco Mundial, a um limite de um quarto das exportações. Não é, portanto, a solução definitiva para a dívida, mas uma conquista parcial. Mesmo assim, as novas medidas não foram engolidas pelos credores estrangeiros, nem pelos capitalistas bolivianos que queriam apenas uma "renegociação". Há sinais de que novos enfrentamentos virão. Juan Lechin, entretanto, é taxativo: "Nada mais temos a perder. Enquanto povo, só temos a ganhar espaço e fôlego para a reorganização das nossas vidas".



Mineiros do estanho: tradição legendaria de lutas de classes

Foto Ricardo Mata/F4

A corrida armamentista brasileira

Após a venda de armas para Honduras, o Brasil é flagrado em nova traficância: o Iraque está recebendo sua maior encomenda bélica brasileira, desde que iniciou a guerra suja contra o Irã (veja matéria abaixo). Os negócios envolvem, somente este ano, 300 milhões de dólares (quase Cr\$ 5 bilhões)! A indústria bélica é o terceiro item da pauta de exportações brasileiras, e o país é o sexto exportador de armas do mundo!

Na verdade, não há motivo

para que os brasileiros orgulhem-se. Pelo contrário: a indústria de guerra brasileira — que se desenvolveu associada ao capital italiano, norte-americano, inglês, alemão e israelense —, embora assegure divisas ao país, é parte integrante da estratégia agressiva do imperialismo, especialmente o ianque. Os principais clientes das armas são ferrenhos inimigos da liberdade, e usam-nas contra os povos, como os governos do Paraguai, Uruguai, Honduras, Chile, Egito e Inglaterra.

O Brasil vende material bélico para mais de 30 países, principalmente do Oriente Médio, África e América Latina.

MERCADO DE MORTICÍNIO

Cerca de 350 empresas, que empregam 200 mil trabalhadores, estão envolvidas neste negro mercado de morticínio — desde a Engesa, Imbel e Embraer, que fabricam armas, até a Alpargatas, Frigorífico Bordon e Cooperativa Agrícola de Cotia. O governo quer guindar a indústria bélica ao primeiro lugar na sua lista de exportações. A linha de produtos é das mais variadas: jipes, armas leves, granadas, munições, foguetes e bombas de aviação, barracas, uniformes, carros de combate, sistemas de rádio, caminhões, peças de reposição, capacetes, aviões, helicópteros, giroscópios etc.

Diante das críticas que recebem por esse tráfico guerreiro, os militares reagem com cinismo. O chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, general José Albuquerque, chegou ao ponto de afirmar que quem

tiver muito escrúpulo nesse ramo, perde excelentes oportunidades de arrecadar divisas. O comandante de Operações Navais, almirante Paulo Barroso Duarte Pinto, disse que o Brasil "tem um problema sério a resolver, dentro do quadro de sua economia, que é a necessidade de exportar". Negócios são negócios, humanismos à parte.

Contraopondo-se a esta euforia belicosa, fica a situação dos operários, que não recebem benefício algum pelos vultosos lucros do setor (só a Imbel faturou Cr\$ 2 bilhões em 1980, e de lá para cá seus rendimentos aumentaram).

Indiferentes aos dramas humanos, os empresários da morte ufanam-se com declarações de que o *Cascavel* é "o blindado de maior venda no mundo", ou de que a metralhadora *Uirapuru* é "leve, fácil de desmontar, de manutenção barata e com tiro preciso a distâncias longas" (usa-se principalmente na luta anti-subversiva). E arrotam a "hora" de serem batidos apenas pelos Estados Unidos, União Soviética, França, Bélgica e Alemanha, o sinistro comércio armamentista.

Nova tentativa de extraditar Firmenich

O procurador-geral da República deu parecer favorável, na semana passada, à extradição do ex-dirigente montonero Mário Firmenich, pedida ao governo brasileiro pelo governo argentino. O presidente Raul Alfonsín quer que Firmenich responda a processos por ter resistido com armas nas mãos à ditadura militar que por mais de 10 anos martirizou a Argentina. Firmenich vivia exilado no Brasil e, desde o pedido de extradição feito pela Argentina, encontra-se encarcerado na Polícia Federal no Rio de Janeiro. O Supremo Tribunal Federal deverá pro-

nunciar-se sobre o pedido de extradição ainda este mês.

Os pais de Firmenich estão na Europa desenvolvendo uma campanha de solidariedade para que o opositorista não seja enviado a seu país de origem. Segundo eles, Firmenich poderia inclusive ser assassinado pelos militares da Argentina, já que o aparelho de repressão não foi desmantelado após a volta do poder aos civis. No Brasil, as entidades democráticas e de defesa dos direitos humanos estão pressionando o governo para que não entregue Firmenich aos seus algozes.

Estados Unidos dá visto para D'Aubuisson

O principal líder dos esquadrões da morte de El Salvador, Roberto D'Aubuisson, vai visitar os Estados Unidos. D'Aubuisson foi derrotado nas recentes eleições salvadorenhas, quando o candidato apoiado pelo governo Reagan, o direitista Napoleón Duarte, venceu. Ele denunciou a corrupção no pleito, o apoio da CIA a Duarte e boicotou a cerimônia de posse presidencial de seu adversário. Mas isso não indica que D'Aubuisson esteja ao lado dos democratas. Pelo contrário, ele se opõe a Duarte porque deseja o emprego de métodos ainda mais violentos do que os que vêm sendo aplicados às oposições salvadorenhas, principalmente contra a Frente Farabundo Martí. Enquanto estava em campanha presidencial, D'Aubuisson teve negado o visto de entrada aos EUA. Contudo agora, que Duarte tomou posse, parece que o "Tio Sam" está querendo fazer um "arranjo" no governo salvadorenho; daí a permissão pa-



Foto: Arquivo TO

D'Aubuisson, agora nos EUA, ra que o derrotado D'Aubuisson viaje aos Estados Unidos. Vale notar que, embora Duarte esteja se apresentando como um político "sem armas nas mãos", já tratou de pedir mais armas ao governo Reagan, reivindicando o posto de comandante supremo das Forças Armadas salvadorenhas, e mantendo como ministro da Defesa o general Eugênio Vides Sanova, um dos dirigentes dos bandos direitistas que aterrorizam a população do país.

Mercenários da CIA matam 19 na Nicarágua

Os somozistas realizaram uma nova ofensiva contra a Nicarágua no início deste mês: o Norte do país foi invadido pelos bandos antisandinistas, armados até os dentes pela CIA norte-americana, que mataram 19 pessoas na capital do Estado de Nova Segóvia, Ocotal. A ação ocorreu após o anúncio da unificação das duas organizações mercenárias contra-revolucionárias, ARDE — fundada por Eden Pastora — e FDN — dos integrantes da antiga Guarda Nacional, de Anastácio Somoza.

O ataque dos comandos da CIA ocorreu dois dias após o atentado contra Eden Pastora, que dava entrevista na Costa Rica sobre seu rompimento com a ARDE, por discordar da

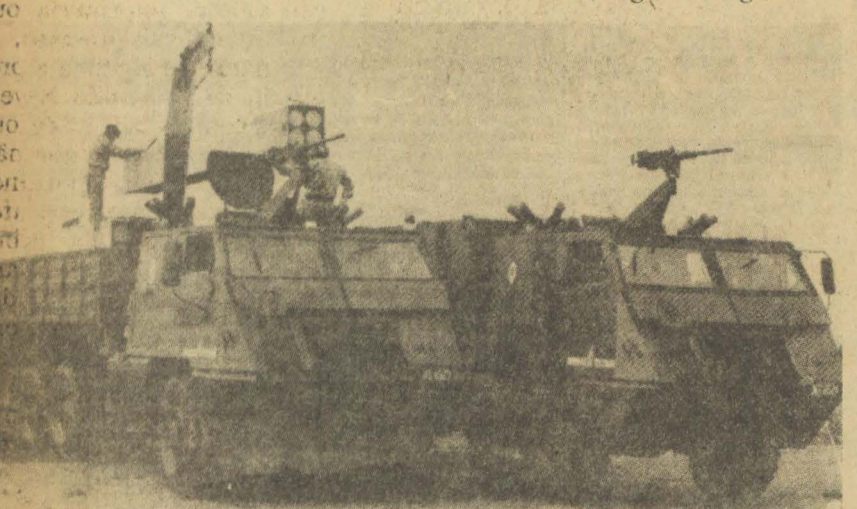
unificação com a FDN. Embora alardeie que não aceita a integração com a FDN por causa dos somozistas que a compõem, Pastora acabou admitindo que existe uma briga "para garantir ministérios" no caso de uma derrubada do governo sandinista. No atentado contra o traídor da revolução nicaraguense, morreram 10 pessoas e outras 28 ficaram feridas. O principal suspeito do crime vadiou-se — ele usava uma falsa credencial de fotógrafo e entrou na Costa Rica com um passaporte roubo há 4 anos de um dinamarquês em Copenhague. O próprio Pastora aponta a CIA — que até há pouco sustentava financeiramente suas ações contra a Nicarágua — como a mandante do crime.

Irã atacado quando festejava rebelião

A Arábia Saudita também entrou no conflito do Golfo Pérsico: no último dia 5 atacou aviões iranianos, derrubando dois F-4. Trata-se de mais um ato de agressiva cruzada antiiraniana que ocorre na região. Na mesma data, aviões iranianos bombardearam a população civil da cidade de Baneh, quando era comemorado o 21º aniversário de uma rebelião considerada o início da luta popular que acabou por derrubar o xá Reza Pahlevi em 1979. A agência de notícias iraniana denunciou a ocorrência

de 400 mortes e mais de 200 feridos "pelas bombas norte-americanas e soviéticas lançadas pelos aviões do Iraque".

Ainda no dia 5, a Turquia anunciou que não enviaria seus navios à ilha de Kharg, principal terminal petrolífero do Irã. Antes o Japão e a Noruega haviam adotado idêntica medida. O terminal de Kharg é constante alvo dos ataques iranianos — que no domingo, dia 3, atingiram o petroleiro turco. Com isso, a Turquia também se tornou economicamente interessada no conflito.



Dois veículos de guerra vendidos ao Iraque

Tática adequada contra manobras de Figueiredo

A última manobra que o decadente governo Figueiredo trama fazer, realizando uma prévia eleitoral interna, acentua a necessidade das oposições seguirem uma tática adequada na atual luta sucessória.

A falada prévia eleitoral do PDS visa assegurar a continuidade do regime que aí está. É uma alternativa arranjada que as forças situacionistas pensam implantar para evitar a alternativa que abominam e que o povo exige, as diretas-já. Está prévia é, por enquanto, idéia pouco elaborada e que não encontrará caminho fácil para prosperar. Enfrentará tantos problemas no PDS quantos são os esquemas já formados que desmonta. A aceitação do seu resultado pela convenção do PDS é posta em dúvida. E o apoio que receberá dos chamados presidenciais já é abertamente negado pelo menos por Maluf. Entretanto, a pretensão é revitalizar a máquina desacreditada do PDS, ampliando, para uma escala de dezenas de milhares, a faixa que escolheria o candidato do governo.

As oposições devem aproveitar esta manobra governamental para ressaltarem o caráter antipopular do regime, que opta por uma cara consulta a cerca de 80 mil pessoas de suas fileiras, mas que recusa ao povo o direito de eleger seu presidente. Devem estar atentas para impedir que a Justiça Eleitoral, órgão público, seja posta a serviço desta empreitada, o que seria mais uma imoralidade afrontosa. Mas devem-se preparar para responder a altura a este maneio da ditadura. A mobilização popular, chamando para a eleição direta a mais de 50 milhões de brasileiros, é a poderosa arma com que conta a oposição para desmistificar a canhestra eleição de 80 mil de Figueiredo.

Não tem sido fácil a retomada das mobilizações de massa pelas diretas-já. Os setores populares, não contando com organização



OPINIÃO PARLAMENTAR
Haroldo Lima
Vice-líder do PMDB

nacionais sólidas e unificadas ou entidades regionais prestigiadas e ofensivas, carece de eficazes instrumentos mobilizadores. Os setores oposicionistas democratas, que estão em níveis regionais de poder e com grandes meios de mobilização, carecem de decisão política de acioná-los.

As parcelas mais combativas no Congresso não se uniram com rapidez

As parcelas mais combativas das oposições no Congresso não se uniram com rapidez para forçar as mobilizações pelas diretas-já. Um grupo oposicionista, que chegou a contar com 53 parlamentares, decidiu proclamar em documento sua intenção de não comparecer ao Colégio Eleitoral. Não levou em conta a necessidade de salvaguardar a unidade das oposições e, principalmente, não apontou para uma ação política imediata, mas para um gesto a ser concretizado daqui a sete meses! A posição do grupo, auto-intitulado de "só diretas", embora tenha aparência de radical, é afoita, precipitada e inconsequente. Em

um momento onde todo o esforço deve ser pelo fim do Colégio Eleitoral, a partir da conquista das diretas-já, introduziu uma posição que parte do princípio de que o fim do dito Colégio não será atingido.

Mais conseqüentes foram os parlamentares que tomaram a iniciativa de procurar unir pelo menos a maioria da bancada federal em torno da mobilização popular pelas diretas-já. No início desta semana conseguiram que 102 deputados, de uma bancada de 200, e mais seis senadores fizessem documento conclamando a direção do PMDB a assumir a condução das mobilizações já. E, em decorrência, encaminharam a necessidade de se rejeitar logo a data de 27 de junho para a votação da emenda Figueiredo, posto que o pouco tempo existente inviabilizaria a linha da mobilização acertada na bancada federal.

Pode-se admitir que a busca da candidatura única das oposições ocorra, sobretudo se isto for considerado importante para que as forças democráticas se lancem às mobilizações. Neste caso é bom que se atente que o eventual candidato único que surja não seja indicado por um partido para ser apoiado pelos demais e pelas organizações populares.

De uma convenção democrática e popular que envolva toda a frente de mobilização aglutinada na campanha das diretas-já é que deverá sair um candidato único à Presidência da República pelas eleições diretas. O partido ao qual pertencesse o candidato apontado posteriormente homologaria sua candidatura. Duas vantagens básicas emergem desse processo. O candidato sai comprometido com o programa mínimo identicamente aprovado pela frente em sua Convenção Nacional, e a frente suprapartidária sai comprometida com a campanha do candidato único. E tudo isto será válido se for mais um fator para deflagrar as mobilizações já.

Como escolher o candidato único das oposições?

Duas questões, ambas importantes, estão embaçadas na crise da sucessão presidencial. Uma é a maneira de eleger o presidente, já bem conhecida do povo que lotou as praças e continua decidido a conquistar as diretas-já. A outra, entretanto, ainda é zelosamente mantida no circuito fechado das altas cúpulas políticas: como escolher o nome do candidato?

No capítulo do como eleger, o movimento popular conquistou enorme terreno ao ganhar as ruas, embora ainda sem impor sua saída; as diretas-já. Porém a questão da candidatura, ausente nos debates amplos da campanha, é por enquanto um prato reservado às estrelas.

Nessa esfera, uma articulação de cúpula, com centro em Minas e conexões com governadores estaduais, passa a defender o lançamento imediato de um candidato único das oposições e de parcela do PDS como pedra de toque para desatar o nó sucessório. O assunto é tratado quase em sigilo, enquanto para o público saltam-se declarações em favor do nome do governador de Minas. "Uma coisa é certa: a candidatura de Tancredo Neves cresceu muito", argumenta Fernando Lyra, moderado do PMDB pernambucano. "É um dos candidatos que reúne todas as condições para suceder o presidente Figueiredo", assevera Antônio Ermírio de Moraes, do potente conglomerado Votorantim. "Na verdade, é o que hoje reúne maiores possibilidades", avalia Roberto Gusmão, tido como homem forte do governo paulista.



Governo não antipatiza com a idéia do "Pacto Mineiro"

dantis, de moradores, de mulheres, de negros, aos incontáveis Comitês e a todos os cidadãos que se engajaram pelas diretas-já.

Não se discute a conveniência de um candidato único das oposições para vencer nas urnas as hostes do continuísmo. Só o setor mais obtuso do PT parece insensível a esta aspiração do povo, que seria uma arma de grosso calibre contra os sonhos dos que tentam perpetuar o regime.

Candidato não pode sair de panelinhas

Discute-se e contesta-se no entanto o método para chegar a tal candidatura. É inaceitável que ela seja cozinhada em panelinhas, para aparecer um belo dia como prato feito para a nação engolir. Tais métodos, tão usados em tempos idos, não cabem no Brasil surgido da campanha pró-diretas. E causa espécie que participem deles setores ditos radicais, autênticos, autores de longos discursos sobre as bases, as massas etc.

A escolha do nome, qualquer que seja, será uma rasqueira no povo caso não brote de uma discussão às claras, com ampla participação e concentrada numa plataforma mínima de compromissos públicos do candidato.

Tomemos o movimento sindical. Dia 16, pela primeira vez, a Conclat e a CUT reúnem-se numa plenária nacional unitária. Em pauta estará a continuidade das ações pelas diretas-já, a retomada dos grandes comícios e a possibilidade de um dia de greve geral contra a fome e pelas diretas, arma poderosa que só o mo-

vimento sindical unido pode manejar com eficácia. Ora, os sindicatos precisam ter voz no debate sobre a candidatura, onde pleitearão suas reivindicações, amadurecidas em anos de luta.

O mesmo vale para os demais setores da sociedade, para não falar dos problemas maiores que dizem respeito a toda a nação, como o rompimento com o FMI e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O fórum autorizado a fixar o programa e o nome de um candidato com cheiro de povo seria uma convenção nacional democrática, unitária e suprapartidária, com representação de todos os segmentos que se batem contra o continuísmo desde os movimentos populares até os dissidentes do PDS.

O nome deve ter respaldo das multidões

A outra opção — uma candidatura acertada a portas fechadas, formalizada depois pelo PMDB e apoiada pelos pequenos partidos — teria densidade bem menor. As mobilizações pelas diretas, sejam as de abril no Rio e São Paulo, seja a de junho em Brasília, confirmaram que esses partidos, mesmo quando tiveram votos e conquistaram governos em 1982, possuem frúxas raízes na sociedade. O que tem contado na luta pelas diretas — e precisa contar na construção da candidatura única — é a vasta multidão dos órgãos de representação, às vezes não tão expressivos se tomados isoladamente, mas de comprovada eficiência quando atuam unidos.

O nome do candidato só pode surgir do debate sobre o conteúdo político da candidatura. Mesmo na articulação de cúpula em curso é isto que ocorre, só que de maneira opaca e obscura para a nação. Um processo às claras, com participação ampla, imprimiria outro conteúdo ao processo.

É natural e legítima a pretensão de Tancredo Neves, assim como o são as de outros postulantes. O que não é razoável, nem oportuno, nem democrático, é o afoamento de certos cabos eleitorais do doutor Tancredo em alinhar por debaixo do pano um fato consumado onde, em vez do cheiro de povo, sente-se a catinga do acomodamento com o regime. (Bernardo Joffily)

PMDB decide retomar as mobilizações populares

A retomada das mobilizações populares pelas diretas-já e a revisão da data prevista para a votação da emenda do general Figueiredo foram as principais decisões da última reunião da Executiva Nacional do PMDB, dia 6 em Brasília. Agora espera-se que o partido adote uma posição unificada e retome efetivamente o processo de mobilização popular.

As decisões foram conseqüência da apresentação à Executiva de um documento assinado por 102 deputados federais e seis senadores, propondo a retomada das manifestações de massa, a elaboração de um calendário de mobilizações, a rejeição de qualquer acordo ou negociação que proteja as diretas, o apoio a um candidato único das oposições para as eleições diretas, e a defesa intransigente das diretas-já. Encabeçado pelos deputados Miguel Arraes, Francisco Pinto, Alencar Furtado, Dante de Oliveira e Haroldo Lima, o documento foi assinado por praticamente todas as correntes políticas do PMDB.

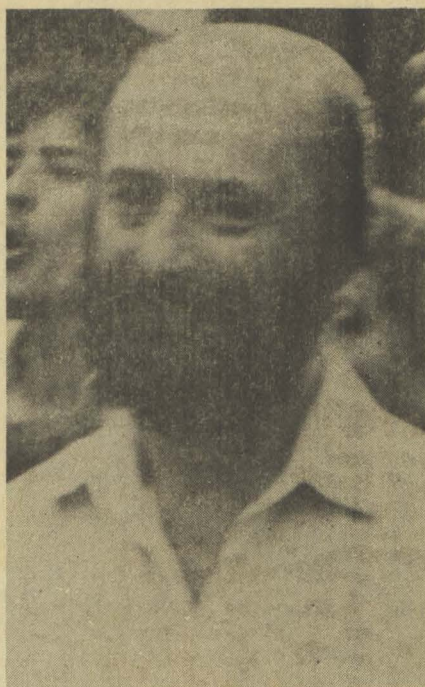
ADIAR VOTAÇÃO DA EMENDA

O primeiro efeito tático do documento foi a revisão do acordo firmado entre o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o presidente do PDS, José Sarney, de fazer a votação da emenda Figueiredo no próximo dia 27. O ex-secretário-geral do Partido e membro da Executiva Nacional,

deputado Chico Pinto, argumentou na reunião que o documento, com a assinatura da maioria da bancada federal, "representava uma definição precisa de que o partido deve retornar às mobilizações populares — e a data de 27 de junho inviabiliza qualquer processo de mobilização popular".

O deputado relata que "a Executiva Nacional decidiu por unanimidade autorizar o presidente Ulysses Guimarães e os líderes Freitas Nobre e Humberto Lucena e acertarem de comum acordo com os outros partidos de oposição uma nova data para a votação da emenda do governo, provavelmente para o começo de agosto. Assim teremos todo o mês de julho para promover uma nova onda de manifestações populares".

"Ao aprovar a proposta de se buscar uma nova data para a votação", continua Chico Pinto, "a Executiva Nacional automaticamente acatou a proposta de retomar as mobilizações. Só através delas é que conseguiremos con-



Chico Pinto: pelas mobilizações já

quistar as diretas e romper a intransigência do governo".

TÁTICA FLEXÍVEL

Segundo o deputado Chico Pinto, os que apóiam esta tese cometem um grave erro político: "Deve-se lutar agora para voltar a mobilizar o povo. O importante é conquistarmos o poder, derrubarmos o regime militar e criarmos condições para executar as transformações sociais exigidas pela nação. A natureza da tática política é ser flexível e ajustada às condições objetivas do momento. Dizer hoje o que vamos fazer daqui a seis meses é no mínimo uma demonstração de miopia política".

O deputado Aldo Arantes, também signatário do documento dos 108 peemedebistas, reforça esse argumento: "O que nós queremos é enterrar definitivamente o Colégio Eleitoral e derrubar o regime militar. Não queremos apenas arranhar o Colégio."

Agora, para dar continuidade às decisões da Executiva Nacional, será proposta a criação de uma Comissão Parlamentar para entrar em contacto com todos os governadores de oposição, buscando comprometê-los com o processo de mobilizações. (Moacyr de Oliveira Filho)



As manifestações pelas diretas devem ser retomadas com urgência

Comício de Brasília abre nova etapa pelas diretas

Brasília deu a largada para a segunda etapa das mobilizações populares pelas diretas-já, com o comício do dia 1º, antes impedido pelas medidas de emergência do truculento general Newton Cruz. Foi a maior manifestação política da história da capital, com mais de 20 mil presentes.

Desmentindo o ceticismo de alguns políticos opositores e apesar das dificuldades materiais, o comício na torre de televisão foi um sucesso. O povo gritava por diretas-já e ouviu atentamente os mais de 40 oradores. Dos artistas, apenas Bruna Lombardi e seu marido Carlos Alberto Ricelli estavam no palanque. As grandes atrações foram os discursos.

Todos insistiram na necessidade urgente de retomar as mobilizações populares para conquistar as diretas-já e de rejeitar a proposta de negociação do governo federal. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, abriu os discursos com um veemente chamamento: "Voltem aos comícios. Eles não podem morrer. Ao contrário, precisam continuar cada vez com mais força, pois só assim iremos conquistar as eleições diretas". E acrescentou: "Brasília dá hoje uma demonstração de força. Aqui é a capital da República. A capital política do país. Mas onde está a política? O Congresso Nacional não tem autonomia. O Executivo é o senhor arbitrário de todos nós. Por isso é que este comício é importante. Ele mostra aos donos do poder que o povo não aguenta mais".

"Esta manifestação — disse Lula por sua vez — é a demonstração maior de que houve vacilação quando se tirou o povo das ruas achando que isso iria facilitar a negociação política no Congresso Nacional. O povo quer ir às ruas para mudar o regime que está instalado há 20 anos neste país".

Todos, sem exceção, defenderam a volta do povo às ruas. "Vamos conquistar as diretas nas praças públicas", frisou o líder do PMDB na Câmara Federal, Freitas Nobre.

"Só há um colégio legítimo para eleger o próximo presidente da República, o colégio dos 120 milhões de brasileiros; fora disso é trapaça", assegurou o senador Mário Maia, do Acre. "Só conseguiremos enterrar o Colégio



Mais de 20 mil populares foram à torre da TV; e todos os discursos defenderam novas mobilizações

Eleitoral com o povo nas ruas; ele é espúrio e ilegítimo mas nós não queremos arranhá-lo; queremos, isto sim, enterrá-lo junto com a ditadura militar", emendou o deputado Aldo Arantes, (PMDB-GO). "Há que lutar até o fim; resistir contra o regime de opressão será sempre preciso", disse o jornalista Carlos Chagas, pela ABI.

"ANOTEM O NOME"

O representante da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil, Ronald Freitas, foi muito aplaudido quando criticou as medidas de emergência e o general Newton Cruz, e saudou a população de Brasília pelo seu heróico gesto de resistência ao arbítrio: "Este comício dá a largada para a nova jornada de mobilizações populares pelas diretas-já. As diretas-já são a única saída para a crise e para o fim da ditadura militar", disse Freitas. O representante do Grupo Pró-Diretas do PDS, deputado Vilmar Pallis, também foi muito aplaudido quando pediu aos presentes: "Anotem o nome de todos os deputados que votaram contra as diretas e nunca mais votem neles". O general Cruz, sempre que tinha seu nome citado, era agraciado com vibrante e sonora vaia.

A Sinfonia das Buzinas

A "Sinfonia das Diretas", regida pelo compositor erudito e professor da Universidade de Brasília, Jorge Antunes, à frente de um coro de buzinas de 150 carros, foi um ponto alto do comício de Brasília. Artista engajado — sua terceira música "Cabra da Peste", de 1963, já tinha motivação política —, Antunes havia composto uma obra de sete minutos de duração, para orquestra de câmara e coro, que seria apresentada no comício de 24 de abril, impedido pelas medidas de emergência. Depois, porém, o músico sentou-se com o poeta Tete Catalão e redimensionou a peça.

Impressionados com o *buzinaço* que sacudiu Brasília dia 24, eles transformaram o mote original numa sinfonia de 40 minutos, com canto, recitação de um poema, instrumentos, caçarolas e buzinas de automóveis. Dois ensaios, antes do comício, já atraíram a curiosidade e simpatia da população,

assim como a ira do regime — que prometeu proibir as buzinas — e críticas de intelectuais conservadores. Jorge Antunes argumenta que quem rejeita as caçarolas e buzinas como instrumentos parece não lembrar que Tchaikowski usou um canhão na sinfonia "1812"; Eric Satie, o ruído de máquinas de escrever; e Etienne Mehul, um tiro de revólver.

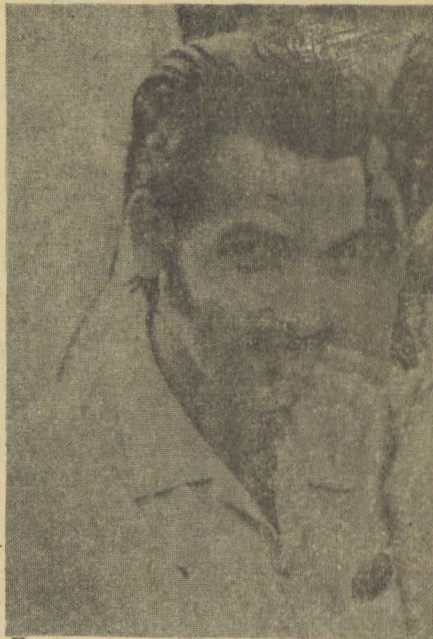
No comício, músicos, vocalistas, caçaroleiros e 150 automóveis, arrumados pelo timbre de suas buzinas, empolgaram o povo. Muitos entoavam, junto com o coral "Tonto de tanto canto", os belos versos de Tete Catalão: "Atenção, os artistas principais aqui presentes solicitam aos senhores figurantes, que se encontram no poder, que se retirem. Porque é a vez da voz que vota, é a vez da voz que veta. Quem elege é quem derruba, não se iluda. Ninguém substitui a gente pra eleger o presidente".

Na avaliação do Comitê Pró-Diretas do Distrito Federal, o ato teve grande repercussão. "Muito mais importante do que fazer o comício foi mostrar que

existem condições para novas manifestações populares", disse o coordenador do Comitê, Fernando Tolentino, do PMDB-DF. (da sucursal)

Homenagem ao revolucionário Ruy Frazão

No último dia 4 foi realizada, no salão nobre da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, uma calorosa homenagem em memória de Ruy Frazão Soares, dirigente regional do Partido Comunista do Brasil, seqüestrado e morto pelos órgãos de informação e segurança em 27 de maio de 1974.



Frazão, em sua última foto

O ato foi promovido pela Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, junto com a Câmara de Vereadores (representada pelo vereador Antônio Pereira da Silva), a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do CBA, o Comitê Pró-Diretas, a ABI, o Diretório Regional do PMDB, a Conclat, a Intersindical, a UNE e mais de uma dezena de entidades populares e sindicais. Estiveram presentes à solenidade quatro irmãs de Ruy.

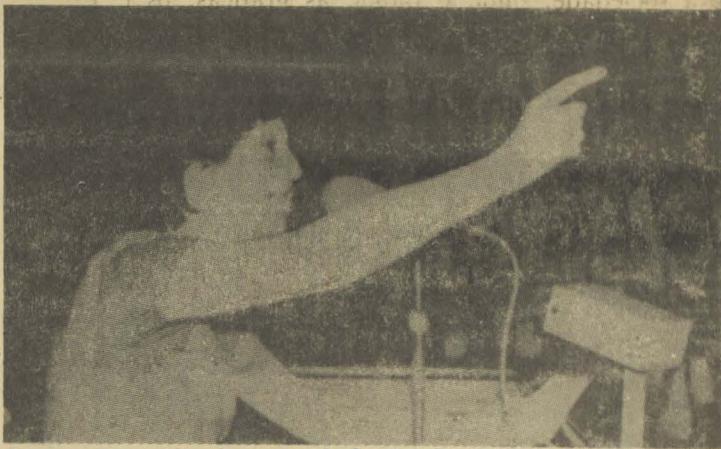
O representante do PC do Brasil ressaltou que, "ao ingressar nas fileiras comunistas, Frazão superou a contradição entre a realização pessoal e a causa da libertação social e política dos trabalhadores. O significado maior de sua vida tornou-se a revolução. Seu exemplo de dedicação e firmeza serve como educação para todos os que lutam pela liberdade e o socialismo".

Num discurso emocionado, Zilda Xavier — mãe de Iuri e Alex Xavier, assassinados pela repressão em 1972 — saudou o heroísmo de todos os jovens que não

vacilaram em derramar seu sangue em defesa dos direitos do povo, e exigiu a identificação e punição dos torturadores e carrascos de inúmeros combatentes da liberdade: "Que se faça justiça" — pediu ela.

Solidários com os companheiros e familiares de Frazão, estiveram na manifestação Júlia Lund — mãe de Guilherme Lund, morto na guerrilha do Araguaia —, Elza Joana — mãe de Joel Vasconcelos, secundarista morto pela repressão no Rio —, Alzira, Vitória e Igor Grabois — esposa, filha e neto de Maurício Grabois, dirigente do PC do Brasil morto no Araguaia.

Ruy Frazão logo depois do golpe de 1964 foi obrigado a largar a universidade, onde estudava Engenharia. Passou a viver clandestinamente, ligando sua vida aos camponeses do Maranhão e depois de Pernambuco, até sua prisão e morte, em Petrolina, onde trabalhava como feirante.



Jussara Cony, alvo do atentado fascista

Terrorismo em Porto Alegre

Acobertados pela impunidade — e pela cumplicidade do regime militar —, os terroristas incendiaram, na madrugada do último dia 2, o automóvel da combativa vereadora Jussara Cony, de Porto Alegre.

As chamas foram provocadas por um líquido inflamável, que escorria em direção ao motor e ao tanque do veículo. O atentado só não teve maiores proporções porque os culpantes de dois carros, que passavam pela rua no momento, correram e apagaram o fogo. Os rapazes que debelaram as chamas ainda viram um carro Gol saindo apressadamente do local e entrando em contramão na primeira rua. Alguns soldados da Brigada Militar que pouco depois acorreram, atestaram o caráter criminoso da ação e a classificaram como "um trabalho de profissionais".

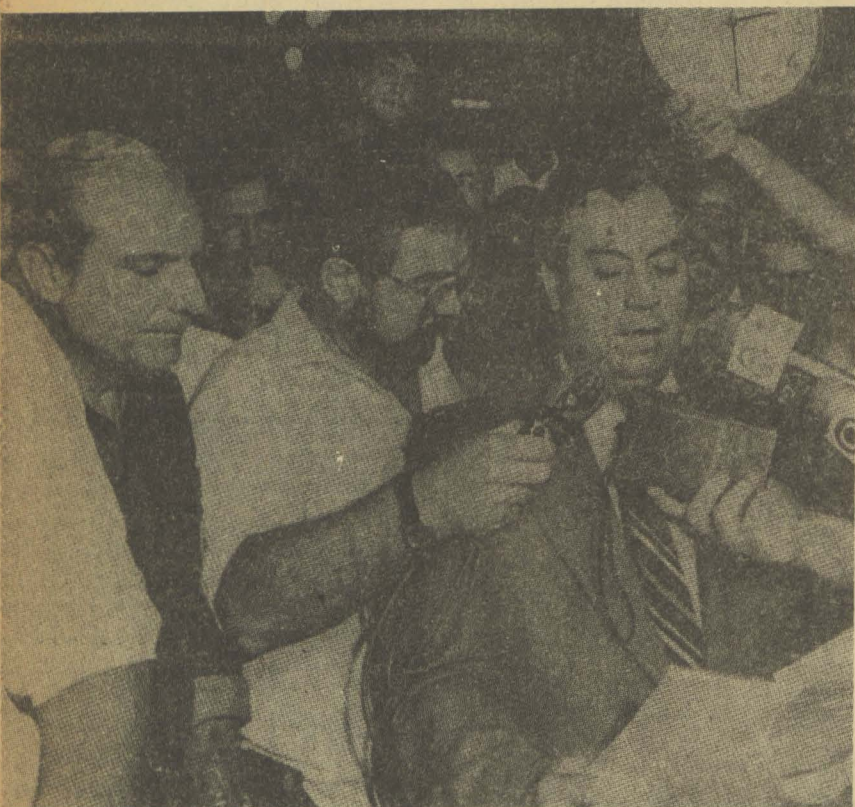
Jussara Cony, que há algum tempo vem recebendo cartas anônimas, declarou à *Tribuna Operária* que "o atentado é uma tentativa de intimidação a todos aqueles que lutam pelo fim do regime militar e pela conquista da liberdade. Em particular, tem o objetivo de deter a luta pelas diretas-já". Em pronunciamento na tribuna da Câmara, segunda-feira dia 4, ela destacou que o ato praticado relaciona-se

com os atentados aos jornais da imprensa popular, bem como a invasão da residência de Suzana Tejera Lisboa, viúva de Luís Euri-co Tejera Lisboa, assassinado pela repressão".

Para o líder do PMDB, André Foster, "o avanço das forças democráticas impede que as forças reacionárias e paramilitares atuem abertamente como nos períodos mais duros da ditadura, mas elas continuam atuando de forma traiçoeira, atacando os que se colocam contra este estado de coisas". Elói Guimarães, líder do PDT, por sua vez disse: "Além de manifestar minha solidariedade, gostaria de frisar que este ato é de expressiva gravidade, pois nestas horas difíceis por que passa o país, até contra a vida de pessoas se atenta". O líder do PT, Antônio Holfeldt, também manifestou seu apoio à vereadora atingida e inclusive o vereador Pedro Job, em nome do PDS, dirigiu-se a Jussara Cony qualificando o atentado como "uma agressão absurda".

A vereadora sempre se destacou, no parlamento e nas ruas, pela defesa intransigente dos direitos do povo e pelo combate cerrado ao imperialismo e ao regime militar. A ação terrorista só vem justificar esta linha de conduta. (da sucursal)

Eleição em Santos esmigalha o PDS



Justo, à esquerda, ouve a proclamação do resultado oficial

O resultado da eleição do dia 3 para a Prefeitura de Santos merece um estudo especial. As urnas foram ouvidas pela primeira vez numa grande cidade brasileira, desde o pleito geral de 1982 e a campanha pelas diretas-já. E os números (veja a tabela) falam por si.

A primeira conclusão que salta aos olhos é o esmigalhamento do PDS, que governou a cidade pela força nos 15 anos em que ela foi considerada "área de segurança nacional": seu eleitorado despencou de 39 mil para 6 mil votos. "O PDS foi varrido", comentou o prefeito eleito, Oswaldo Justo, do PMDB. É verdade que a cidade, de fortes tradições proletárias, sempre foi opositora. "Nós sabíamos que jamais iríamos vencer essas eleições em Santos" — confessou o deputado Nelson Marchezan, líder do PDS na Câmara Federal. E tentou minimizar o que chamou de "resultado localizado". No entanto uma pesquisa

efetuada pelo Grupo Pró-Diretas do PDS indica que Santos expressou uma tendência nacional. Segundo ela, menos de 50 dos 235 deputados federais pedessistas se reelegeriam caso tivessem de passar, hoje, pelo crivo das urnas.

Esta mesma disposição opositora levou o PTB a não lançar candidatos ao pleito, embora a restituição da autonomia de Santos tivesse saído como subproduto do famigerado acordo PTB-PDS selado em 1983. Desgastados pelo compromisso espúrio, os petebistas preferiram não enfrentar as urnas. Gastone Rigbi, o homem do PTB em Santos, votou em Justo, do PMDB.

Uma segunda evidência é que o PMDB continua a aparecer para as grandes massas do eleitorado como a legenda de frente democrática ampla capaz de fazer frente às forças do regime. A votação dos santistas nesse partido subiu de 49,8% do total, em 1982, para 63,7% este mês.

O PT e o PDT, embora crescendo, não chegaram a aparecer como alternativa real.

Dentro das sublegendas do PMDB, a candidatura mais avançada, do deputado estadual Rubens, Lara, não foi a mais votada. Venceu o ex-vice-prefeito Oswaldo Justo. O fato, que vem sendo examinado pelos setores progressistas da cidade, parece ter refletido um embasamento pouco sólido nas áreas populares do eleitorado, em especial dos portuários e metalúrgicos, que formam o grosso da classe operária santista. Esta debilidade, somada a denúncias descabidas de que Lara teria feito uma "candidatura milionária", terminou por desmentir o favoritismo de Lara, apontado nas prévias eleitorais. (amigos da TO em Santos)

1984					
CANDIDATOS	VOTOS	%	Partidos	Votos	%
Oswaldo Justo	78.413	35,2	PMDB	141.813	63,7
Rubens Lara	54.049	24,3			
Eduardo Castilho	9.351	4,2			
Telma de Souza	34.252	15,4	PT	47.339	21,3
Nobel Soares	6.631	3,0			
Jessé Rebello	6.456	2,9			
Martinho Ribeiro	4.886	2,2	PDT	9.325	12,2
Daniilo Fernandes	2.545	1,1			
Jamil Issa	1.877	0,8			
Fernando Oliva	4.725	2,1	PDS	6.619	3,0
Ângelo Ramos	1.894	0,8			
(Não concorreu)			PTB	—	
Votos em branco				10.645	4,8
Votos nulos				6.736	3,0
TOTAL				222.469	100,0

1982	
Votos	%
117.373	49,8
28.848	12,2
2.615	1,1
39.441	16,7
29.552	12,5
12.638	5,4
5.115	2,2
235.582	100,0

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Liberdade de imprensa

Liberdade de imprensa! Esta é uma das questões fundamentais da luta do proletariado no rumo do socialismo. Para os capitalistas e o governo, basta suprimir a censura e deixar as diversas correntes de opinião publicarem seus jornais que esta reivindicação está realizada. Para os operários isto não basta, pois só garante a liberdade para os burgueses.

LIBERDADE DOS RICOS

Lênin já em 1905 mostrava que "a edição de um jornal é um empreendimento capitalista, grande e lucrativo, no qual os ricos dispõem milhões e milhões de rublos. 'A liberdade de imprensa', na sociedade burguesa, consiste na liberdade que os ricos têm de mentir, corromper, enganar com milhões de exemplares as massas exploradas e oprimidas do povo, os pobres, de um modo sistemático, contínuo e quotidiano."

A recente campanha pelas diretás-já demonstrou muito bem esta falsa liberdade. Enquanto milhões de brasileiros saíam às ruas em vibrantes manifestações repudiando o continuísmo e o Colégio Eleitoral, exigindo o direito de eleger imediatamente o presidente da República, a grande imprensa na sua esmagadora maioria omitia ou mesmo tratava de desmoralizar a opinião das massas. Além disto, se um trabalhador entra na fábrica com um jornal burguês nas mãos, tudo bem. Mas se entra com um jornal operário — às vezes até um jornal de sindicato — pode ser demitido.

Os donos do capital é que controlam os grandes jornais, enquanto que o povo a duras penas consegue construir jornais como a **Tribuna Operária**, de pequeno porte, e assim mesmo vítimas de ataques brutais, como o atentado terrorista que destruiu parte de nossa sede em São Paulo.

Lênin dizia ainda: "Não se trata (na sociedade burguesa) da 'liberdade de imprensa', mas da sagrada propriedade que os exploradores detêm sobre as tipografias e as reservas de papel que estão em seu poder."

INTERESSES FORTES

Além da propriedade do papel e das tipografias, acrescenta-se que a grande imprensa vive sustentada pela publicidade dos industriais e comerciantes e outros anunciantes. A tal ponto que nos grandes jornais, nos domingos principalmente, cerca de dois terços de suas páginas são ocupadas com publicidade. É em função dos interesses destes "financiadores" que a notícia é elaborada. Desta forma, greve passa a se chamar "arruaça", liberdade é taxada como "anarquia", enquanto o espancamento do povo pelas forças policiais denomina-se "manutenção da ordem". Muitos jornais não inclusive distribuídos gratuitamente, apoiados unicamente nos anúncios.

Esta questão só vai ser de fato resolvida numa nova sociedade, onde o papel, as gráficas, os anúncios particulares, tornem-se monopólio do Estado, sob a direção dos trabalhadores, no interesse da maioria do povo. Só então esta grande maioria poderá expressar livremente suas idéias, difundir a verdade e chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes.

ROTINA DE LUTA

Por ora, o proletariado tem a imensa tarefa de lutar por mais espaço democrático para os seus órgãos de imprensa. E brigar pela manutenção material destes jornais. Colaborar na difusão e venda destas publicações, ajudar na conquista de novos assinantes, empreender campanhas extras de finanças em momentos difíceis, esta será uma rotina para os operários conscientes enquanto durar o sistema de opressão capitalista. A atual campanha de finanças para reconstruir a **Tribuna Operária** é um exemplo vivo desta batalha. Graças a esta generosidade e dedicação dos trabalhadores em todo o Brasil a imprensa operária vive e se fortalece.

Esta imprensa nunca morre

A **Tribuna Operária**, alvo de incêndios e bombas terroristas, processos, apreensões e prisões arbitrárias, não é um caso isolado no jornalismo brasileiro. Há muitas gerações a imprensa operária e popular sofre implacável perseguição das classes exploradoras e dos governos reacionários. Porém, ressurge sempre, mostrando uma espantosa vitalidade.

Desde fins do século passado a classe operária utiliza a imprensa para divulgar suas idéias, denunciar as arbitrariedades de que é vítima e defender seus interesses em nosso país. No início advoga ideais anarcosindicalistas; logo após a Revolução Russa de 1917, esposa as pregações do socialismo científico. E enfrenta sempre a perseguição do governo, dos patrões e de todos os exploradores.

Muitas vezes os operários foram obrigados a ler sua imprensa às escondidas, a redigi-la, imprimi-la e distribuí-la nos subterrâneos da clandestinidade. Por defender idéias libertárias, Vincenzo Vacirca, que editava o jornal "Avanti" no início do século, foi expulso do Brasil. O mesmo aconteceu com Orestes Ristori, editor de "La Battaglia". Após sua expulsão, Ristori foi para a Espanha, onde morreu combatendo ao lado dos republicanos na Guerra Civil de 1936-39.

A influência da Revolução Bolchevique

Basta um jornal pôr-se ao lado dos trabalhadores para logo ter contra ele a ira dos exploradores. Foi o que aconteceu com o paraense "O Imparcial", em 1914. Os operários de Belém entraram em greve geral pela jornada de trabalho de oito horas. "O Im-

parcial" divulgou a luta e foi empastelado pelos agentes governamentais.

A Revolução de Outubro de 1917, que repercutiu imensamente no movimento operário brasileiro e na sua imprensa, serviu de pretexto para novas perseguições.

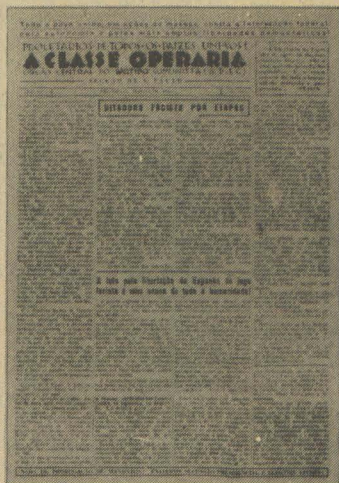
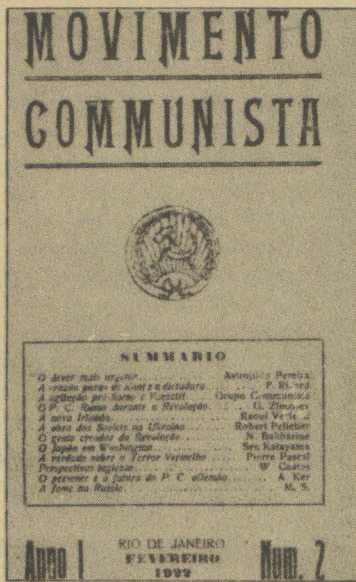
Já em 1918 foi assaltada a Liga Comunista do Livramento, em São Paulo, que editava um pequeno jornal. Em janeiro de 1922 começou a ser publicada no Rio a revista "Movimento Comunista", que logo tornou-se órgão do recém-fundado Partido Comunista do Brasil. Em 5 de julho de 1922 o Partido foi colocado na clandestinidade, e "Movimento Comunista" passou a ser publicada às escondidas, no Rio, anunciando que estava sendo editada em São Paulo — fora da região abarcada pelo estado de sítio decretado por Artur Bernardes. A revista durou até junho de 1923, quando a polícia descobriu e destruiu sua tipografia, no Méier.

Os comunistas continuaram imprimindo suas idéias. Em 1924 publicaram o "Manifesto Comunista", de Marx e Engels. Era a primeira edição desta obra no país. A polícia destruiu todos os exemplares que encontrou. A Empresa de Correios confiscou e queimou os exemplares postados.

O 1º de Maio de 1925 é um marco na história da nossa imprensa proletária. Nesse dia foi lançado no



Atentado à "Tribuna Popular" em 1947 no Rio de Janeiro: acobertado pela impunidade



"Movimento Comunista", primeira publicação do PC do Brasil; edições de 1937 e de 1984 de "A Classe Operária"

Rio, pelo PC do Brasil, o primeiro número de "A Classe Operária", jornal que circula até hoje. Ora legal, ora clandestino, sua trajetória é premente de heroísmo e resistência. Pouco após seu aparecimento, foi proibido: em 18 de agosto de 1925 policiais invadiram sua tipografia, agarraram o chumbo e toda a composição e meteram-nos nas caldeiras dos linotipos. O PC recorreu, então, à edição de publicações referentes a assuntos ou datas específicos. Assim, para comemorar o oitavo aniversário da Revolução Bolchevique, publicou o "7 de Novembro". Em janeiro de 1926 lançou o jornal "Vladimir Ilitch", alusivo ao aniversário de Lênin. No Dia do Trabalhador de 1926 lançou o "1º de Maio". Em 1º de Maio de 1928 "A Classe Operária" reapareceu, e teve sua redação invadida e depredada no ano seguinte. Em 1931, seu gráfico, Ferreira da Silva, foi preso e torturado pela polícia. Também por esse período, o Cabo Jofre, que vivia na casa onde funcionava a gráfica do PC, responsável pela edição clandestina da "Classe praticou um dos maiores gestos de heroísmo da história da imprensa operária: ao ver que a casa estava cercada pela polícia, minou a base da impressora, trocou tiros com a polícia e morreu combatendo. A casa foi pelos ares, e os agressores não puderam apreender nada.

Trajетória heroica da Classe Operária

"A Classe Operária" ressurgi sempre e em 1962, com a reorganização do PC do B, voltou a ser órgão central do Partido, legal até 1964, clandestino a partir de então. Em dezembro de 1972 sua gráfica foi mais uma vez invadida, suas máquinas confiscadas, seus trabalhadores torturados. No mesmo período o metalúrgico Carlos Danielli, responsável pela edição de "A Classe Operária" foi preso e trucidado pelos agentes da repressão. Mas o jornal continuou e continua a ser editado, num desafio aos opressores.

Ainda nos seus primeiros

anos o Partido Comunista editou um diário, "A Nação". Lançado em 3 de janeiro de 1927, enfrentando perseguições governamentais e patronais, o jornal teve sua edição suspensa quando foi editada a "Lei Celerada", que aumentava a repressão ao movimento operário e popular. O PC justificou a decisão de suspender a publicação em seu último número, de 11 de agosto de 1927: "Seria quitxada completamente inócua esperar que a polícia venha fechar-nos as portas, violentamente. Preferimos nós mesmos fechá-las — na cara da polícia. Declaramos portanto suspensa a publicação de A Nação".

Florescimento da imprensa popular no país

A violência continuou. Em 1935 foi fechado a "Folha do Povo", de Recife. Em São Paulo, "A Platéia" foi alvo de um "petardo que derrubou uma parede e provocou pânico nas redondezas da quadra". O jornal humorístico "A Manhã", de Aparício Torelli (o Barão de Itararé) publicou um "Aviso Necessário" em sua edição de 11 de setembro: "Tendo em vista o que tem acontecido na redação de vários jornais brasileiros, muitas vezes inesperadamente visitados por pessoas de bons músculos e maus pensamentos" o jornal colocou na porta de sua redação o apelo "Entre Sem Bater"... A perseguição, prisão e assassinatos de opositores políticos recrudesceram ainda mais durante o Estado Novo.

Mas as forças populares e democráticas conseguiram pôr fim à ditadura estadonovista em 1945. Um fugaz período de democracia — inclusive com liberdade de atuação para o PC do Brasil — dá um novo alento à imprensa progressista. São incontáveis as publicações operárias que surgem, inclusive alguns diários nas principais cidades do país: "Hoje" (diário), "Folha Socialista", "Terra Livre", em São Paulo; "Tribuna Popular", revista "Problemas", no Rio; "O Momento" (diário), na Bahia; "Folha do Povo" (diário), em Pernambuco; "O Democrata", no

Ceará; "Horizonte", no Rio Grande do Sul; "O Popular", em Minas; "Frente Popular", em Anápolis, Goiás, entre outros. Os trabalhadores realizavam campanhas, promoviam festas, coletavam dinheiro, vendiam bônus, para manter essas publicações. Os portuários de Vitória, Espírito Santo, por exemplo, deram um dia de seu salário para a "Folha Capixaba".

Esse florescimento não se fez sem uma tenaz luta contra os patrões e seu governo. Em janeiro de 1948 a redação e oficina do "Hoje", em São Paulo, à rua Conde Sarzedas, foi invadida pela polícia, para apreender o jornal. Jornalistas e gráficos resistiram. Houve tiroteio com a polícia, que acabou prendendo os trabalhadores, que só foram libertados dois meses depois! A "Tribuna Popular", do Rio, também sofreu inúmeros atentados. Nas vésperas das eleições de 1952 em Recife, o trecho da rua Imperial, na praça Sérgio Loreto, onde ficavam redação e oficinas ficou sem energia elétrica, que só foi ligada após as eleições. No dia da votação, apareceu uma edição falsa com a manchete em letras garrafais: "Os Comunistas devem votar em branco". Na verdade, a orientação do PC era de votação nos candidatos de oposição.

Para escapar às inúmeras apreensões e cassações de seus títulos, um dos expedientes usados pela imprensa popular foi a mudança de nome. Assim, quando foi proibido o "Hoje", de São Paulo, imediatamente foi lançado o "Notícias de Hoje"; quando este foi proibido, saiu o "Popular". No Rio, a "Tribuna Popular" foi substituída por "Imprensa Popular" etc.

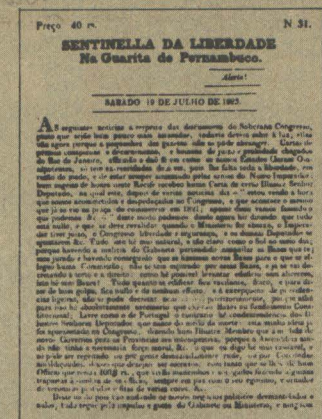
O golpe militar de 1964, ao liquidar com as limitadas liberdades existentes no país, atingiu também a imprensa progressista. Somente no final dos anos 70 a imprensa operária volta a circular mais desembaraçadamente, embora sujeita ainda — e até hoje — a apreensões e atentados que ficam sempre impunes. Mas a imprensa proletária continua viva, dando mostras de que é uma necessidade concreta da luta dos trabalhadores por sua emancipação. (Carlos Ponce)

Tradição de séculos

As classes dominantes no Brasil sempre tiveram aversão à liberdade de imprensa. Basta lembrar que somente 308 anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral em nossas praias é que foi permitida a vinda de uma gráfica para cá — mesmo assim uma gráfica oficial, trazida pela corte que acompanhou D. João VI em sua fuga de Portugal. Hipólito da Costa, ao lançar o primeiro jornal brasileiro, "Correio Braziliense", em 1º de junho de 1808, editou-o em Londres "dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos".

Mas os brasileiros almejam as mais amplas liberdades, e dentre elas naturalmente a liberdade de escrever, editar, divulgar opiniões. Já a Revolução Pernambucana, em 1817, firmava em sua Constituição que "a liberdade de imprensa é proclamada". Para divulgar seus ideais republicanos, contra o domínio português e contra o Império proclamado pelo filho do rei de Portugal, o valente lutador da liberdade, Cipriano Barata, editava o jornal "Sentinela da Liberdade". Publicada pela primeira vez em 9 de abril de 1822 e sempre perseguida, a "Sentinela da Liberdade"

Outro pioneiro de nossa imprensa progressista, João Soares Lisboa, sofreu o primeiro processo por "abuso de liberdade" no nosso país: ousou criticar D. Pedro I por ter instituído eleições indiretas para a Assembléia Constituinte de 1822. João Soares Lisboa era pelas



O jornal de Cipriano

diretas e pela República. Para defendê-las editava o "Correio do Rio de Janeiro". Expulso do país, optou pela clandestinidade. Descoberto e preso pelos agentes do Império, continuou editando seu jornal de dentro do cárcere até novembro de 1823. Morreu em 29 de novembro de 1824, lutando com armas nas mãos pela Confederação do Equador.

A brutalidade da Coroa não impediu a continuidade da luta pela República, alcançada em 1889. Por defendê-la foi também empastelado o jornal cearense "O Barrete Frágil" em 1869. Seu diretor, Júlio César da Fonseca escreveu: "Ficamos a revolução. Fora o rei. Cuidado com o exército; onde ele predomina, a liberdade é uma mentira". Foi preso.

Mas a perseguição à imprensa progressista não foi privilégio dos reis e imperadores. Após proclamada a República, os poderosos do momento continuaram perseguindo seus opositores. Recentemente, com os generais no poder, mesmo jornais conservadores, como o "Estado de São Paulo" foram censurados e apreendidos. Publicações democráticas e progressistas, como "Opinião" e "Movimento" foram vitimados pelo arbítrio e duramente perseguidos pelos militares.

SAIU A PRINCÍPIOS

Princípios

Revista teórica, política e de informação

MAIO - 1984 - 6 x 2000,00

O TROTSKISMO
CORRENTE POLÍTICA
CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

O FELDUSMO
E OS "FELDUSISTAS"

O MARXISMO
SOCIALISTA
E SOCIAL

O PAPEL SOCIAL
DA ARTE
PROGRESSISTA

8

EDITORA ANITA GARIBALDI

O Trotskismo — corrente política contra-revolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores. Em defesa da liberdade: discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

O papel social da arte progressista: informe do eminente teórico marxista-leninista, Andrei Zhdanov, companheiro de Stálin, no curso de um amplo debate na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre a arte.

Redidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00.

ATENÇÃO: Novo endereço da Editora Anita Garibaldi — Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43 - CEP 01317 - fone: 34.0689.



Colono sem terra de Matelândia: morando nas piores condições possíveis

Chacinado líder dos posseiros em Matelândia

No início do mês, foi assassinado mais um posseiro na luta pela terra no sudoeste do Paraná. Raimundo Nonato de Oliveira — pai de dez filhos e um dos líderes dos colonos sem terra que ocupam uma área da Fazenda Padroeira, em Matelândia — foi baleado por jagunços dos latifundiários. O clima é de tensão e cerca de 100 famílias afirmam que não sairão da terra.

A disputa pela posse da terra na Fazenda Padroeira — de quase três mil alqueires — já se arrasta há anos. No início de março, as partes conflitantes assinaram um "termo definitivo de acordo", estabelecendo que 119 famílias, das 200 sem terra, teriam o direito de ocupar uma área de 261 alqueires. Após a assinatura deste documento, as tensões se intensificaram porque várias famílias ficaram excluídas das negociações e muitas daquelas que foram beneficiadas estavam insatisfeitas com os pequenos lotes conseguidos.

O assassinato de Raimundo Nonato deu-se no início do mês e o fato ficou camuflado por envolver grandes interesses econômicos. A imprensa local ainda não conseguiu chegar ao local do crime por falta de segurança. De acordo com a versão do delegado de polícia de Matelândia, Benedito Alves Camargo, cerca de 60 posseiros foram atacados por capangas da Fazenda Padroeira, que estavam numa guarita: "Houve cerrado tiroteio e conseqüente morte do posseiro".

BALAS EXPLOSIVAS

A família Padovani, de Cascavel, que adquiriu a Fazenda Padroeira no início de 1984, mantém impunemente uma milícia armada para montar guarda na área e impedir a entrada de posseiros no imóvel. Os colonos sem terra afirmaram que o seu líder foi morto na tocaia, recebendo vários tiros de balas explosivas. Sua morte ocorreu por volta das 18 horas e somente às nove horas da manhã do dia seguinte é que seu corpo foi retirado do local.

Segundo o chefe do escritório regional do ITC (Instituto de Terras e Cartografia), Mário Mendes, o clima tenso na área em litígio foi o principal "causador do desfecho violento". Com o assassinato do colono, a situação se tornou explosiva. Maurício Daher, diretor de terras do ITC, ainda tentou apaziguar as partes em conflito, mas abandonou esta tarefa por falta de segurança.

Mortes, ameaças, destruição de ranchos, queima de plantações, provocações, dificuldades de transporte da produção de um ponto a outro da propriedade são situações que caracterizam o ambiente na Fazenda Padroeira. Nonato é a terceira vítima assassinada do lado dos ocupantes em decorrência da feroz luta pela posse da terra. A violência continua e os responsáveis geralmente ficam impunes, favorecendo novas investidas criminosas.

CASO SEM SOLUÇÃO

Após o assassinato de Nonato, foi aberto o inquérito na delegacia de Matelândia. Os primeiros indicados a prestarem depoimento foram os irmãos Maximino e Volmir, empregados da família Padovani.

Eles estavam na guarita de onde partiram os disparos que vitimaram o líder dos colonos. Enquanto isso os Padovani aproveitando-se do clima de medo e usando os serviços da polícia, já conseguiram desalojar 30 famílias, que receberam quantias irrisórias. Uma família que tinha uma posse de seis alqueires recebeu Cr\$ 300 mil pelos seus direitos. As outras 100 famílias garantem que não vão sair do local. (Mário Luiz Milani, Cascavel-PR)

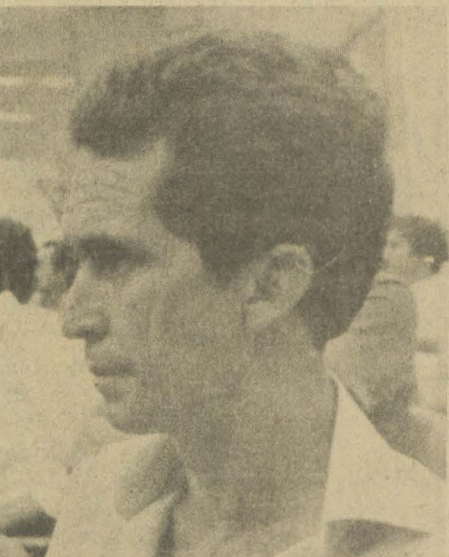
Terror de grileiros no campo de Goiás

Uma comissão de posseiros do município de Natividade, no nordeste de Goiás, denunciou em Goiânia, dia 30 de maio, as perseguições e violências que estão sofrendo dos grileiros na região. Acompanhado pelo presidente da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás), Amparo Sesil do Carmo, e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natividade, Inácio José Cardoso, mantiveram audiência com o governador Íris Resende, que prometeu tomar providências.

A comissão de posseiros é composta de trabalhadores de duas áreas distintas: da Fazenda Baão e da Sucuri, sendo que na primeira, cerca de 60 famílias são ameaçadas de serem desalojadas das terras que cultivam há vários anos, por grileiros paulistas. Os posseiros informaram que os grileiros contrataram dois pistoleiros para semear o pânico entre as famílias que vivem na área.

FAZENDA SUCURI

Antônio Mendes de Araújo, um dos integrantes da comissão de posseiros, contou à **Tribuna Operária** a situação dramática: "Os grileiros queimaram diversos ranchos nossos para colocar a gente para fora de nossas terras." É assegura que não sairão: "Ou vida, ou morte. Nós estamos dispostos a resistir. Se é para morrer de fome, nós preferimos morrer matado. Mas não ficaremos de braços cruzados; vamos conti-



Amparo, da Fetaeg, apoiou os posseiros

nuar resistindo, defendendo as nossas posses".

Seu Osvaldo, posseiro da Fazenda Sucuri, relatou à TO que foi obrigado a sair corrido de sua posse porque o grileiro Tiago Pinto havia dado ordem para matá-lo. No dia 23 de maio, aproximou-se de sua posse uma caminhonete cheia de policiais armados até os dentes, junto com o advogado do grileiro. "Fiquei sabendo que a ordem que tinha era para me matar — conta Antônio. Por isso, eu e minha mulher fugimos para dentro da mata. Em casa ficou nossos filhos; os maiores olhavam os menores. Andamos dez léguas dentro do mato até chegar em Natividade, quando procuramos o Sindicato". (da sucursal)

Ação conjunta dos sindicatos contra usineiros goianos

Foi realizado em Acreúna, sul de Goiás, dia 4 de junho, o 3º Encontro de Sindicatos Rurais da Área da Cana. Estiveram presentes o presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), José Francisco; o presidente da Fetaeg Amparo Sesil do Carmo; e os representantes dos Sindicatos de Itapuranga, Goianésia, Santa Helena, Rio Verde e Acreúna.

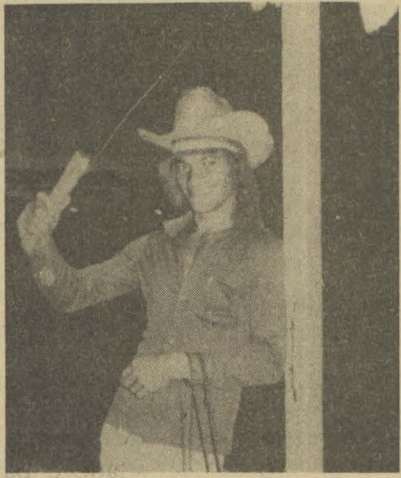
O objetivo do Encontro foi traçar uma estratégia comum dos bóias-frias da região para lutar contra a exploração dos usineiros que rebaixaram o corte da cana para cinco linhas, mas diminuíram também o preço de seu metro quadrado. No dia anterior, os trabalhadores do município de Acreúna realizaram uma assembleia em Turvelândia, em que mais de 300 trabalhadores aprovaram uma pauta de reivindicações que será negociada com os patrões.

Durante o Encontro os sindicalistas presentes fizeram uma análise do nível de mobilização e organização dos trabalhadores em seus municípios. Isto foi feito baseado nas assembleias e reuniões que as lideranças realizaram em seus respectivos sindicatos. Os sindicalistas analisaram com atenção a manobra dos usineiros (volta do sistema de cinco linhas com enorme diminuição do preço do metro de cana cortada).

Como exemplo dessa situação foi citado o caso de Acreúna: neste município, os bóias-frias que trabalham na Usina Rio Verdão estão recebendo apenas Cr\$ 70,00 pelo metro de cana. Já em Santa Helena, onde os trabalhadores fizeram uma greve vitoriosa, a cana forte está custando Cr\$ 170,00.

VITÓRIA REPERCUTE

Divino Goulart, secretário-geral da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás), que também participou do Encontro, falou à **Tribuna Operária** sobre o movimento dos bóias-frias: "A greve



Canavieiro: de pé pelos direitos

ve vitoriosa dos cortadores de cana de Santa Helena está tendo um reflexo positivo para puxar a mobilização dos bóias-frias de outros municípios, por que lá o acordo firmado entre os trabalhadores e os patrões está sendo cumprido à risca. Onde não houve greve, os patrões voltaram ao sistema de cinco linhas mas diminuíram o preço da cana, como ocorreu nos municípios de Acreúna, Jandaia, Goianésia e Indaiara".

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios citados irão convocar assembleias para elaborarem as pautas de reivindicações, e posteriormente para discutirem os resultados das negociações com os patrões. Em vários municípios já estão ocorrendo os "paradeiros": os canavieiros recusam-se a entrar nos caminhões, protestando contra as condições de trabalho. Se os usineiros não aceitarem as reivindicações dos trabalhadores, os "paradeiros" poderão se generalizar. (da sucursal)



Grevistas da Usina Santa Helena: o despertar dos trabalhadores da cana

Agricultores do Paraná ocupam terras da Itaipu

Cerca de 60 famílias de agricultores sem terra ocuparam uma área de 70 alqueires no município de São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná, durante a última semana de maio. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, Miguel Sávio, afirmou que "os ocupantes resolveram invadir a propriedade porque temiam que o Incra colocasse no local famílias de agricultores de outras regiões, deixando os colonos daqui mais uma vez para escanteio".

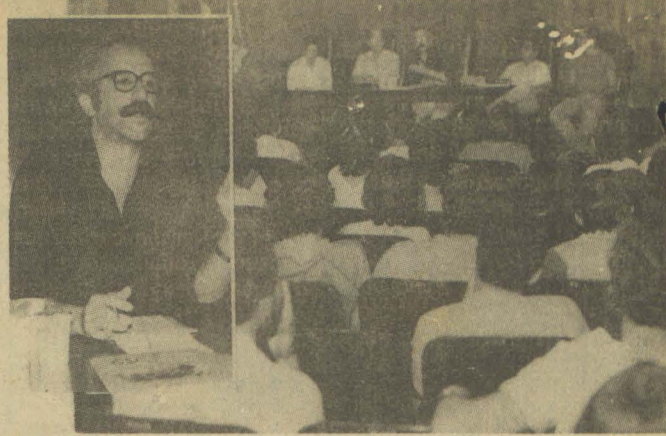
A área ocupada pertence à Itaipu Binacional e é uma reserva florestal do Projeto Pic-Ocui, onde já estão reassentadas 400 famílias que foram desalojadas pelas águas da hidrelétrica de Itaipu. Além desses colonos, vivem no local cerca de 70 famílias de índios da tribo Ava-Guaranis. A ocupação foi pacífica e foi coordenada pelo Mastro (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste).

Até o momento, apenas três policiais do sistema de segurança da Usina Itaipu estiveram averiguando a situação. O próprio Incra ainda não se posicionou oficialmente sobre o as-

sunto. No entanto os ocupantes já constituíram uma comissão e estipularam até o dia 20 de junho para que o Incra tome as devidas providências de desapropriação da área ou arrume outro local para reassentá-los na região. Um dos colonos afirma que "é obrigação do Incra arrumar um pedaço de terra onde possamos produzir alimentos para o sustento das nossas famílias".

CULPA DO GOVERNO

O movimento dos agricultores entende que a situação chegou a tais níveis, com tendência a piorar ainda mais, por culpa do próprio governo federal, encastelado em Brasília e insensível à miséria em que vivem milhares de lavradores sem terra. "Os colonos tomaram esta decisão — argumenta a entidade — porque estão cansados de tanta enrolação e promessas não cumpridas". No Paraná, o quadro é desolador. Existem mais de 200 mil famílias sem terra, não contando quase um milhão de bóias-frias que cultivam terras alheias sem nunca colher o fruto desse trabalho. (M.L.M.-Cascavel)



Péricles: "Quem aspira ao socialismo deve ler esta obra"

Lançada em Alagoas a História do PC(b)US

Péricles de Souza, representante do Comitê pela Legalidade do PC do Brasil na Bahia, esteve dia 2 de junho em Alagoas para o lançamento do primeiro fascículo da **História do PC (Bolchevique)** da URSS, publicação da Editora Maria Quitéria. Ele participou de uma palestra realizada no auditório da reitoria da Universidade de Alagoas.

Durante a palestra, Péricles ressaltou que "o livro **História do PC (Bolchevique)** da URSS é uma obra da maior importância, que precisa ser conhecida por todas as pessoas que desejam lutar para construir um

mundo melhor, particularmente aqui no Brasil, neste momento em que vivemos. O estudo da experiência revolucionária dos operários russos tem uma importância fundamental para aqueles que lutam por uma saída desta crise. Uma saída que corresponda aos anseios do povo, da classe operária, dos camponeses. Aqueles que aspiram ao socialismo não podem deixar de ler esta obra". Péricles viveu de 1968 a 80 na clandestinidade e foi um dos organizadores e também o autor da apresentação da referida edição. (da sucursal)

Servidores capixabas em "estado de greve"

Os servidores públicos capixabas declararam-se em "estado de greve", numa assembleia com cerca de 1.500 pessoas, no último dia 6. Eles lutam por 180% de reajuste salarial e o estabelecimento da semestralidade. A proposta do governo é de apenas 100%. Várias assembleias foram realizadas pelas diversas categorias, que acabaram unificando-se no Conselho de Entidades de Servidores Públicos Estaduais — o que já é uma grande vitória, segundo avaliam suas lideranças. Isso permitiu a realização de reuniões massivas, algumas seguidas de passeatas até o Palácio Anchieta.

O governador Gérson Camata, contudo, nega-se a atender às justas reivindicações do funcionalismo. O vice-governador José Moraes chegou inclusive a ameaçar demitir os trabalhadores. A Conduza, empresa responsável pelo transporte aquaviário de Vila Velha a Vitória, foi fechada e seus 80 funcionários — que estavam em greve contra o atraso dos salários — foram demitidos. Contudo, em consequência das pressões dos trabalhadores, o governo do Estado já admite negociar a semestralidade, considerando pelos próprios servidores como a reivindicação principal. (da sucursal)

PM paraibana revoltada com salário de fome

Uma revolta que se alastra a cada dia que passa poderá explodir a qualquer momento na Polícia Militar da Paraíba, onde os soldados, cabos e sargentos ganham um salário muito aquém das suas necessidades básicas. O soldo de um soldado é Cr\$ 24 mil e o salário líquido Cr\$ 58 mil. Os soldados, principalmente, estão aguardando que no próximo aumento, em 1º de julho, o governador conceda uma majoração de acordo com a desvalorização dos salários nos últimos anos. Caso isto não venha a ocorrer — explica um sargento

da PM —, não se sabe em que dará a revolta latente no seio da soldadesca.

Os comandos já não obedecem às ordens com a pressa de tempos atrás. Para se ter uma idéia, na recente e vitoriosa greve dos médicos do Hospital do Pronto Socorro, foi requisitado um pelotão da PM para intimidar os profissionais da Saúde. Ao chegarem, os policiais diziam reservadamente que estavam solidários com a categoria médica que conseguiu um piso de três salários-mínimos. Antes ganhavam pouco mais de um. (da sucursal)

Amazonas na Rádio Gazeta

João Amazonas, veterano dirigente do Partido Comunista do Brasil dará, no sábado, dia 9, às 14,15 horas, uma entrevista na Rádio Gazeta de São Paulo,

no programa produzido por Carlos Tavares. A Rádio Gazeta pode ser ouvida na frequência de 890kHz ou em ondas curtas de 19,31 e 49 metros.

Greve dos servidores de SC

Os funcionários públicos federais de Santa Catarina decidiram entrar em greve geral a partir do dia 7 de junho, durante assembleia realizada dia 4. Os servidores exigem reposição de 64,8%, reajuste de 100% do INPC semestral e 13% salá-

rio, entre outras reivindicações. A assembleia que decidiu pela greve foi convocada pela Federação Estadual dos Servidores Públicos federais, que havia sido fundada um mês antes.

(da sucursal)

Venha à festa da Tribuna Operária

Compareça à Festa da Tribuna Operária no próximo dia 15, às 19h30m no Centro de Cultura Operária! Venha comemorar a vitoriosa campanha de reconstrução do jornal, que em pouco mais de um mês ultrapassou os Cr\$ 11 milhões (veja na página 9), e o aumento do número de páginas do jornal. O CCO fica na rua Maria José, 326, Bela Vista, São Paulo.

Fundação Maurício Grabois

Metalúrgicos derrotam divisão em Guarulhos

De 28 de maio a 1º de junho, ocorreram as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, em São Paulo. Nela, os operários rejeitaram as propostas divisionistas e estreitas da Chapa 2, auto-intitulada de oposição e apoiada por setores do PT. A Chapa 1, **Unidade e Ação**, uma composição da atual diretoria com novas lideranças sindicais, venceu o pleito no primeiro escrutínio, obtendo 6.033 votos contra 3.701. Das 20 urnas instaladas na sede sindical e nas empresas, a Chapa 1 venceu em 18. O número de votos nulos e abstenções foi pequeno, demonstrando o interesse da categoria.

Guarulhos é um importante centro industrial, com grandes fábricas, como a Bardella, Philips, Olivetti. São mais de 60 mil metalúrgicos na base sindical. E a entidade vem se dinamizando nos últimos anos, liderando greves e participando ativamente da campanha pelas Diretas-Já. A vitória da Chapa 1, encabeçada por Edmilson, serviu de alerta para os membros da Chapa 2 dos Metalúrgicos da capital paulista, que rezam a mesma cartilha dos derrotados em Guarulhos. Edmilson já enviou seu apoio à Chapa 1, **Unidade na Luta**, afirmando que sua vitória representará "a certeza de um sindicato forte e do fortalecimento da unidade dos trabalhadores contra o governo, o arrocho, os patrões e a divisão".

Alagoas realiza plenária unitária dos Sindicatos

Uma Plenária Sindical Unificada, realizada dia 30 em Maceió, marcou a posição do sindicalismo alagoano em relação à luta por liberdades democráticas. As entidades declararam-se dispostas a dar "passos firmes e concretos no rumo da unificação do movimento sindical estadual e nacional"; comprometem-se a um engajamento efetivo na mobilização popular pelas diretas-já; e apoiam a greve geral como forma de luta durante a tramitação da emenda do governo.

O manifesto, que expressa estas e outras posições do movimento sindical alagoano, foi encabeçado pelas 20 mais ativas entidades de trabalhadores, ligadas à Conclat e à CUT, que participaram da plenária estadual. Várias outras entidades estão aderindo, o que fará com que a representação alagoana leve à Plenária Nacional do dia 16, em São Paulo, uma posição unitária e combativa.

Sérgio Barroso, do Sindicato dos Médicos e coordenador da Intersindical de Alagoas, explicou que, "em primeiro lugar, constitui um dever de todos os sindicalistas deixar de lado as intransigências e dar passos concretos no sentido da reunificação do movimento sindical, em cima de lutas que interessam a todos os trabalhadores. A divisão cupulista e artificial contrasta flagrantemente com a grandiosa unidade manifestada pelas massas trabalhadoras na campanha pelas diretas-já".

Sobre a proposta de greve geral, Barroso afirmou que "diante do quadro de sofrimento e injustiça que se apresenta para as classes trabalhadoras, urge que o movimento sindical encontre formas unitárias e decididas de luta, e nesse sentido várias entidades de Alagoas resolveram, corretamente, que a greve geral é uma forma positiva de luta, que deve ser apoiada e intensamente discutida".

(da sucursal)

Greve contra o desemprego nos estaleiros

Os operários da MacLaren no Rio de Janeiro estão em greve contra o desemprego. No dia 1º, a empresa demitiu 300 operários, e os trabalhadores imediatamente realizaram uma assembleia dentro do estaleiro, decidindo pela paralisação dos trabalhos. Eles exigem a readmissão de seus colegas e o fim das demissões (a empresa anunciou que vai pôr na rua mais 300 metalúrgicos). No dia 5, os operários realizaram uma passeata em Niterói — carregando um caixão preto com os dizeres "Morte do Desemprego" —, que culminou com um ato público nas escadarias da prefeitura.

Desde março a MacLaren vem anunciando que, se o governo não liberar financiamento para suas obras, vai demitir mais de 50% de seus funcionários. O Estaleiro Mauá também demitiu 400 operários, e a Renavi desempregou outros 180. Diante da situação, os assalariados do setor já discutem a possibilidade de uma greve (da sucursal).



Passeata dos docentes e funcionários da UFAL, em Maceió

Três greves que sacodem a Universidade

A Universidade brasileira está sacudida por três vigorosas e combativas greves. Os docentes, os funcionários das universidades autárquicas federais e os médicos residentes estão parados, batalhando por melhores condições de ensino, de saúde e de trabalho.

Os três movimentos, embora apresentem reivindica-

ções específicas, têm um mesmo fio condutor: a luta por mais verbas para a Universidade e para a Saúde. Além disso, as principais reivindicações são comuns: 64,8% de reajuste salarial retroativo a janeiro (para completar o INPC de 1983 que não foi pago); reajustes semestrais de 100% do INPC a partir de julho; e mais verbas para a Universidade.

O movimento grevista revela o quadro trágico a que está submetida a Universidade brasileira, relegada a segundo plano, falida e sem recursos para atender suas necessidades mínimas de funcionamento.

Estão em greve 35 mil professores de 27 universidades, 50 mil funcionários e 7.500 médicos residentes — isto envolve também cerca de 350 mil estudantes. Devido aos interesses comuns, foi criado um Comando Nacional unificado, sediado em Brasília.

COMANDO UNIFICADO
Para a presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, Jandira Feghali, essa centralização é altamente positiva. "Foi necessária esta articulação, já que o MEC é o interlocutor comum de todos os grevistas. Ficamos mais fortalecidos para sentar na mesa e negociar nossas reivindicações. Na verdade, negociar não é o termo correto. Vamos intensificar nossa mobilização e já decidimos que não negociaremos as nossas bandeiras. O governo está tentando desgastar os movimentos isolando uma categoria da outra, protelando suas decisões para tentar vencer pelo cansaço e criar uma opinião pública contrária. A resposta para isto deve ser a ofensiva maior de nossa parte".

Na opinião de Lígia Maria Vieira da Silva, docente da UFBA e membro do comando de greve dos professores, "a política de Educação e Saúde fechou a Universidade e os hospitais brasileiros. Os médicos, professores e funcionários estão em greve lutando para reabrir os com mais verbas e melhores condições de ensino e saúde. Existe uma decisão política do governo de não atender as reivindicações grevistas. Verbas para isto até que existem. Só com a aplicação da emenda João Calmon o governo teria mais de Cr\$ 800 bilhões para aplicar só na área de Educação".

Na quarta-feira, dia 6, a greve dos professores e funcionários chegou ao seu 22º dia, sem que o governo respondesse concretamente às reivindicações, como se não tivesse nenhuma responsabilidade.

Além das reivindicações salariais, o movimento luta pela democratização da Universidade, com participação nos Conselhos, eleição direta para reitor e todos os cargos dirigentes.

Sobre a falta de respostas do MEC, Vânia Galvão, presidente da Fasubra, é enfática: "Não voltaremos às atividades com promessas, mas sim com respostas concretas". (das sucursais de Brasília, Bahia e Alagoas)

"Descaso com a Educação é completo"

A paralisação dos professores, funcionários e médicos residentes desmascara para a comunidade universitária, e para a opinião pública em geral, a vergonhosa política de corte de verbas adotada pelo regime militar. O governo chega a tal ponto, que se nega a cumprir a Constituição ao não respeitar a emenda João Calmon, aprovada no final do ano passado pelo Congresso Nacional, estabelecendo que 13% dos impostos arrecadados pela União devem ser destinados ao ensino.

Segundo o professor João Augusto Rocha, primeiro-secretário da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), isto representaria hoje Cr\$ 2,9 trilhões somente para o ensino. No entanto o MEC tem um orçamento total de apenas Cr\$ 1,4 trilhão abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e outras.

A presidente da Federação das Associações de Servidores das Universidades do Brasil (Fasubra), Vânia Galvão, afirma que "o quadro é caótico e os servidores universitários estão recebendo salários de miséria. Cerca de 40% estão recebendo um salário mínimo; 96% recebem até três salários. Se recebem alguma coisa a mais, é a título de 'complementação'. Desde 1982 as nossas reivindicações são principalmente de reposição das perdas e direito ao 13º salário. A defasagem dos salários nestes cinco anos chega a 176%".

Vânia conclui que "a postura do regime mostra o seu total descaso com a Educação e a Saúde no país. O governo está tentando jogar a opinião pública contra os grevistas para livrar a sua imagem. Mas o povo sabe com quem está a razão. Essas greves acontecem com tanta freqüência por causa da política de arrocho salarial adotada principalmente nestas áreas. Somos trabalhadores com a Educação e temos uma responsabilidade muito grande. É injustificável esta situação".

Para se ter uma idéia, um agente administrativo (servidor de nível médio), que em 1979 ganhava 4,06 salários mínimos, hoje ganha apenas 1,18 salário. Uma perda de quase três mínimos.

Comitês da Chapa 1 nas grandes firmas

Em que chapa os operários das grandes fábricas de São Paulo votarão nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos? Esta é uma questão chave no pleito de julho, já que tais empresas são a espinha dorsal da categoria e a vitória nelas representará um respaldo indispensável para a futura gestão. A *Tribuna Operária* ouviu vários ativistas sobre o assunto.

Desde o início da campanha eleitoral, a Chapa 1, **Unidade na Luta**, tem insistido na importância da formação dos comitês de apoio no interior das empresas, principalmente das grandes. Tem indicado que a eleição se decide na fábrica e que os comitês ajudem a ativar as discussões e a organizar os operários, constituindo-se em embriões de comissões de fábrica. Esta diretiva começa a surtir resultado.

INCENTIVA O DEBATE

A Matarazzo, na Zona Leste, é um bom exemplo. Com mais de mil operários, na maioria sindicalizados, formou um núcleo de apoio à Chapa 1 com mais de cem ativistas. "Na hora do almoço, do café, nos vestiários e, inclusive, na linha de produção, o que mais se faz na firma ultimamente é discutir a eleição no nosso Sindicato", informa, satisfeita, Maria Raimunda, a Mariazinha da Chapa 1. Toda esta discussão é incentivada pelo núcleo, que também cola adesivos, vende camisetas da chapa, procura cada um dos sindicalizados e já fez uma pesquisa eleitoral — com resultados altamente positivos.

Na opinião de Mariazinha, a formação do comitê e o grande apoio na empresa devem-se "em primeiro lugar à atuação do Sindicato nos últimos três anos, onde forjamos várias lideranças". Modesta, deixa de realçar sua própria representatividade entre as companheiras: desde 1980 na fábrica, Mariazinha dirigiu várias lutas, muitas vitoriosas, como o movimento contra o *facão* e pela antecipação do abono de emergência.

TRABALHO DE FORMIGA

O "trabalho de formiguinha" do comitê de apoio está fazendo reverter a tendência eleitoral na Villares, importante fábrica na Zona Sul, com mais de 4 mil metalúrgicos e mil sindicalizados. Na eleição sindical passada, em 1981, a Chapa 2 (que possuía semelhante composição da



Greve na Villares em 1983: forte razão do apoio à Chapa 1

Lula faz 2 discursos

Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, numa entrevista à revista "Isto É" em agosto do ano passado, foi taxativo: "Poucos sindicatos no Brasil têm feito o trabalho de base que está sendo feito hoje nos Metalúrgicos de São Paulo, que tem Joaquinão como presidente. O Sindicato deixou de ter uma política defensiva e foi para a porta das fábricas, encampar aquilo que até outro dia era privilégio de oposições sindicais".

Já no lançamento da Chapa 2, Lula teria dito que "não há diferença entre o comportamento do Joaquim para com a categoria metalúrgica, e o comportamento do Figueiredo para com o povo brasileiro". E mais: que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos "não mudou sua prática dentro do Sindicato, não colocou

em prática metade do que fala".

A categoria deve se perguntar: A que se devem duas afirmações tão contraditórias? São públicas as divergências no seio do PT. A direção regional do partido, em suas avaliações, inclusive chegou a apontar a necessidade de composição dos petistas com a atual retórica do Sindicato, argumentando que a entidade havia avançado, assumido a luta dos trabalhadores e do povo. Só que esta posição encontrou resistência dos grupos petistas mais sectários e trotsquistas. Estes, mesmos grupos saíram vitoriosos na formação da chapa, derrotando o PT e isolando sindicalistas mais conseqüentes. Isso explica o discurso novo, e falso, do dirigente petista.

atual Chapa 2) foi vitoriosa. Agora a situação está mudando para a Chapa 2 em 81 hoje estão apoiando a **Unidade na Luta**, inclusive fazendo parte do comitê. Esta mudança é devida ao trabalho sindical realizado pelos atuais diretores da área, constantemente na porta da fábrica; ao trabalho perseverante do comitê de apoio; e à presença na Chapa 1 do líder operário João Carlos Gonçalves, o *Juruna*, que dirigiu três greves na empresa em 1983.

Também com mais de 4 mil operários, a Philco do Tatua-pé é outra empresa em que o quadro eleitoral mudou nos últimos três anos. "Hoje o Sindicato é muito respeitado na firma", afirma José Francisco retoria, que reconhece: "Há

três anos atrás isto não acontecia". O que é fruto das inúmeras batalhas travadas na empresa. Desde fevereiro do ano passado, os diretores do Sindicato passaram a fazer plantão semanal na porta da fábrica. Quando os patrões ameaçaram demitir 400 empregados, as visitas passaram a ser diárias, mobilizando os metalúrgicos e levando a firma a recuar. Nesta ocasião, Campos e outros ativistas foram presos. Mais recentemente, ocorreram duas novas detenções de sindicalistas na Philco. Destas lutas surgiram vários "contatos", ativistas, que hoje integram o comitê de apoio.

MAPEANDO A FÁBRICA

Na Siemens, na Zona Oeste, com 2 mil metalúrgicos, a Chapa 1 aumenta seu prestígio e tem um núcleo de apoio com 30 operários. Antes mesmo do registro da chapa, 80 funcionários reuniram-se para indicar Sebastião Costa, *Tião*, para compô-la. O núcleo reúne-se constantemente e sua preocupação central é o convencimento de cada sócio do Sindicato. Também procura o apoio das lideranças naturais da empresa, mesmo os não-sindicalizados, que ajudam a criar um clima de opinião pública favorável. O núcleo já mapeou a empresa, dividindo-a por setores e localizando as maiores concentrações, e distribuiu responsabilidades de trabalho.



O Sindicato faz plantões semanais na Philco, ganhando respaldo

PM prende ativistas da Chapa 1

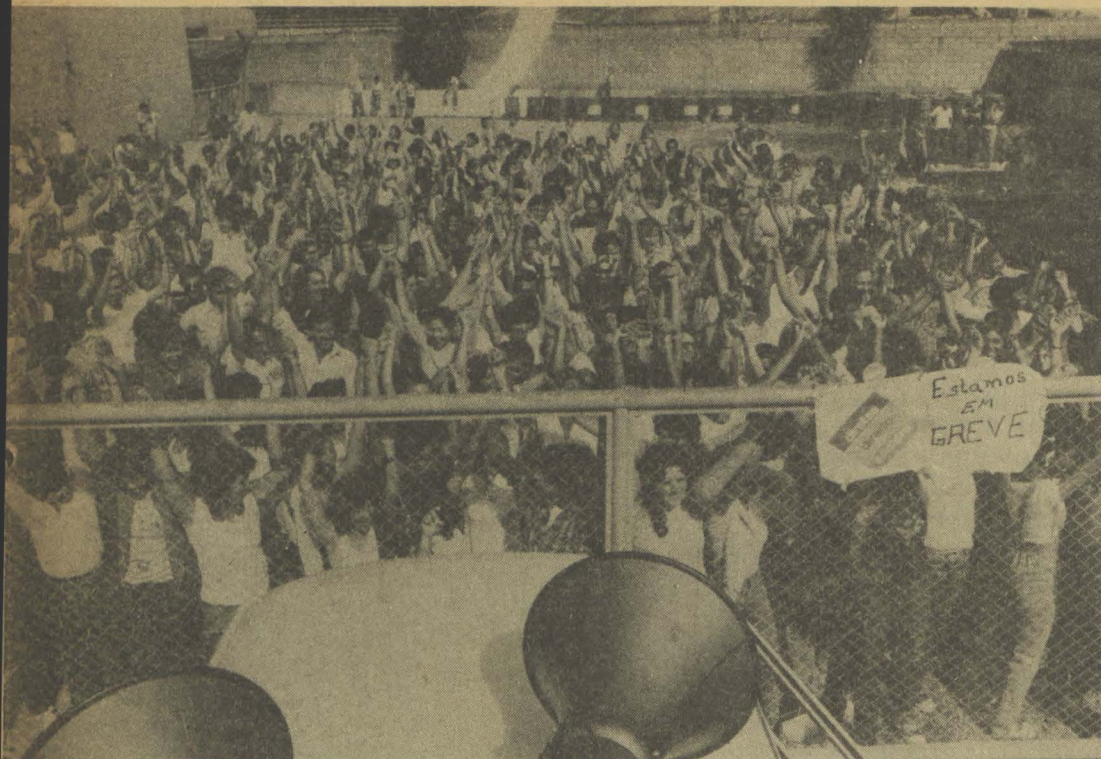
"Vote Chapa 1, Unidade na Luta para derrubar o regime militar. Fora o FMI". Um grupo de 11 metalúrgicos acabara de escrever com letras garrafas esta palavra de ordem num muro do Parque Novo Mundo, na Zona Norte da capital paulista, na tarde de domingo dia 3, quando foi detido pela PM. Durante várias horas os ativistas ficaram presos na 19ª Delegacia de Polícia, na Vila Maria, sendo alvo de grandes provocações.

Um dos detidos, Neleu Alves, integrante da Chapa **Unidade na Luta**, foi o mais visado pelos investigadores, sendo chamado de "comunista, agitador". Mas não se intimidou: "Eles não querem que o povo saiba que os metalúrgicos e a Chapa 1 são contra este governo de fome, que repudiam Figueiredo, Delfim e todo bando. Mas nós vamos continuar nossa luta. Hoje mesmo (terça-feira) estivemos no mesmo bairro para terminar o trabalho".

Elísio Rocha, que foi detido junto com seu filho de 15 anos, ficou bastante revoltado com a ação da polícia, "que usou quatro carros e camburão, soldados de arma em punho, para prender um grupo de trabalhadores".



Neleu: "Somos contra o governo do Figueiredo"



Operários da Motorádio decidem entrar em greve em assembléia no pátio da empresa

Greve na Motorádio contra os abusos

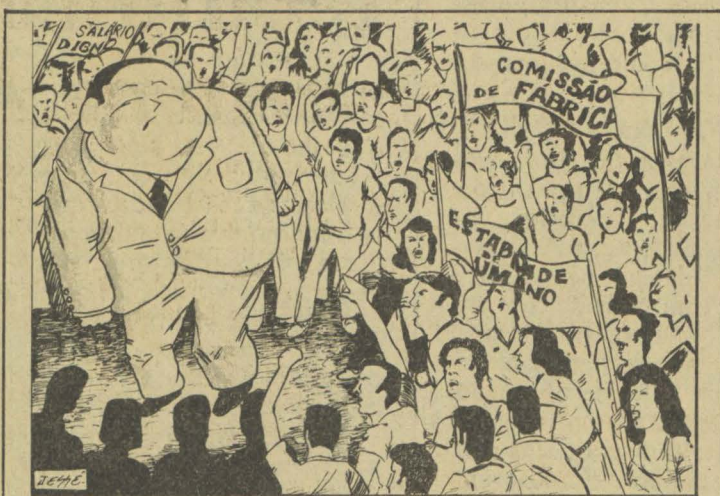
Nós, operários da Motorádio, cansados de tanto abuso e exploração, resolvemos entrar em greve dia 4 de junho por melhores condições de trabalho e contra a repressão que se abate contra nós, principalmente as mulheres.

A empresa, que é dirigida por japoneses, sob alegação de que está em crise vem atrasando nosso pagamento, causando transtornos a todos, já que temos que pagar aluguel, água, luz, etc., em dia. Temos certeza de que a Motorádio paga para fazer propaganda dos seus produtos no Brasil inteiro, se esquecendo de que deve tudo isso a nós, que produzimos tudo.

Como se isso não bastasse, recorre à truculência no trato aos funcionários. Exemplo disso é a atitude da médica, Dr. Clarice, tentando obrigar as operárias a cortar as unhas e cabelos, sendo que isso não interfere na segurança e muito menos na produção. A Dr. Clarice se intromete em assuntos que nada têm a ver com sua profissão. Quatro companheiras que não aceitaram se submeter aos caprichos da médica foram sumariamente demitidas.

Essas demissões foram a gota d'água: a greve, que estava sendo preparada junto com o Sindicato para o dia 11, estourou no dia 4. Logo pela manhã, às 6 e 7 horas, fizemos assembléias na porta da fábrica, com adesão unânime à proposta de greve. O pessoal do escritório, que entra às 8h, também aderiu. Com elevado espírito de luta, onde se destacou a participação aguerrida das mulheres, a assembléia foi dirigida por Cândido Hilário (Bigode), diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Contou com a presença de sindicalistas de outras categorias e o apoio da União das Mulheres de São Paulo. A presidente da entidade, Maria Amélia Teles, distribuiu nota de protesto contra as arbitrariedades em relação às mulheres da fábrica, e também a outros companheiros.

Diante da nossa disposição de manter os braços



Operários citam as causas do movimento

Barbaridades que ocorrem na Motorádio:

1. Atraso constante do pagamento.
2. Perseguição aos funcionários do sexo feminino.
3. Demissão em massa para substituir os demitidos por outros funcionários com salário inferior.
4. Cobrança exorbitante no valor dos vales.
5. Precário serviço de limpeza no banheiro em virtude da demissão dos funcionários do setor de faxina.
6. Regulamento interno digno de uma prisão.
7. Obrigatoriedade dos funcionários afastados pelo seguro ou INPS a comparecerem diariamente no ambulatório da empresa.
8. Precário fornecimento de material de segurança.
9. Não cumprimento da

lei do fornecimento do extrato do FGTS.

10. Fechamento arbitrário da enfermaria às 16 h.
11. A empresa não possui veículo para socorrer um funcionário em caso de acidente (e tem 820 funcionários).
12. Redução da iluminação para economizar energia elétrica.
13. Funcionários da ferramentaria são obrigados a fazer hora extra sob pena de demissão.
14. A médica-chefe do ambulatório não reconhece os atestados fornecidos pelo convênio. Ela é filha do presidente da firma.
15. Os atrasos de almoço não são tolerados; descontam o domingo.
16. Não pagamento de adicional de insalubridade. (operários da Motorádio)

cruzados, o patrão não teve outro jeito senão negociar com o Sindicato que naquele momento estava apresentando nossas reivindicações: salário em dia, abono de emergência, comissão de fábrica livremente eleita pelos trabalhadores, readmissão dos companheiros demitidos, estabilidade de um ano no emprego, fim das perseguições da médica, esclarecimento sobre o depósito do nosso FGTS, cafezinho para quem entra às 6 horas, reconhecimento dos atestados médicos do convênio e do Sindicato.

Nos dias 5, 7 e 8 de junho estará sendo realizada negociação entre o patrão, o Sindicato e uma comissão de 3 operários representantes dos trabalhadores. Enquanto isso ninguém será demitido. Poderemos suspender o movimento desde que as horas paradas não sejam descontadas e nossas reivindicações sejam aceitas. Recebemos apoio do deputado estadual Benedito Cintra, que fez discurso na porta da fábrica em defesa dos nossos interesses. (operários da Motorádio - São Paulo, SP)

Funcionários do HC de Recife exigem direitos

Os funcionários públicos do Hospital das Clínicas de Pernambuco, após 32 anos de subserviência, reagiram paralisando suas atividades e suspendendo a assistência à população que procura este serviço, em média 600 pacientes por dia. Mas fizeram turno para atender emergências.

Na Universidade Federal de Pernambuco são 3.438 servidores públicos paralisados. Destes 973 recebem até um salário mínimo; 1.772 recebem até dois mínimos; 683 até cinco salários e apenas 10% recebem mais que 5 mínimos. O HC tem 1.300 funcionários.

Os funcionários reivindicam entre outras coisas: reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro; reajuste semestral de 100% do INPC; piso salarial de 3 mínimos; mais verbas para a universidade.

A luta dos servidores é uma questão de sobrevivência. O pessoal do HC trabalha 12 horas seguidas sem direito a alimentação. É comum a ocorrência de desmaios por fome. Muitos andam mais de 10 km para chegar ao trabalho.

O mito de que servidor público não pode fazer greve foi por água abaixo. Não é necessário grande preparo político para se lutar quando se está de barriga vazia. Nossas fileiras estão aumentando na luta por uma condição digna de vida, pelo direito de emprego, moradia, educação e saúde. Apesar das diferenças de reivindicações entre as categorias existe uma causa comum: a destruição de um sistema de produção no qual os lucros ficam nas mãos de uma minoria.

Quando paralisaram suas

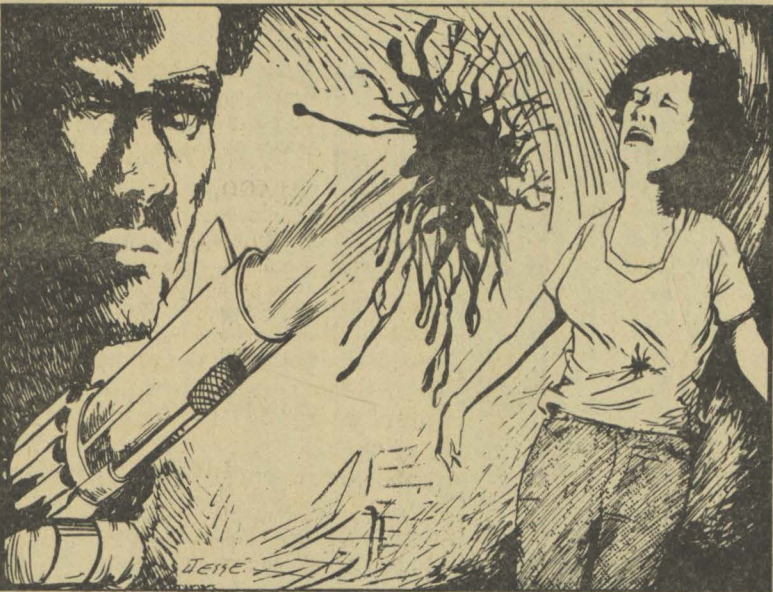
atividades os funcionários do

por objetivo não apenas a melhoria dos salários mas também a melhoria da assistência à população, que vem tendo uma péssima qualidade de atendimento devido à falta de material necessário para se trabalhar, inclusive sabão. Nós, servidores públicos, não queremos ser coniventes com a situação servindo para aliviar a tensão da comunidade mantendo uma assistência de saúde que não existe de fato e uma universidade que nada acrescenta aos alunos.

A greve, a passeata, os atos públicos são formas de luta que têm de existir para obtermos nossas reivindicações; para denunciarmos nossa insatisfação pelas contradições do sistema; para mobilizar e conscientizar a categoria. Sabemos também que apenas essas reivindicações não resolvem nossos problemas. Sabemos que precisamos mudar a administração de nosso país. E um dos caminhos para isso é lutar pelas diretas-já. (Josefa Veranice Alves Barros - membro do comando de greve do HC-Recife, Pernambuco)



Josefa, do comando de greve do HC



Mulher é baleada pelo ex-marido em Cedro

Caros amigos da Tribuna: venho denunciar mais uma injustiça ocorrida em nossa cidade, indiretamente causada pelo regime militar que está no poder.

Domingo último, dia 27 de maio, uma mulher foi baleada com três tiros, pelo marido, que todos conhecem como Chico de Quindô. A vítima está hospitalizada sob risco de vida, já que um dos balaios atingiu um rim. Ela estava separada do marido há muito tempo. Chico de Quindô, com a formação educacional que lhe foi imposta pelo regime, é mais

um dos machões típicos da sociedade brasileira. Inconformado com a perda da mulher, tentou matá-la. Correm boatos de que Chico tenha subornado a polícia, que se encontrava no local do incidente, mas que se retirou imediatamente quando ele ali chegou.

É mais uma prova para todos nós da corrupção do regime, que atinge até um simples soldado de polícia e da educação que todos os brasileiros vêm recebendo, com risco de transformar a maioria em marginais. (amigo da TO em Cedro, Ceará)

Prefeito de Tauá não quer pagar o mínimo

No município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará, o prefeito Osmar Moraes, do PDS, não quer cumprir o salário mínimo de Cr\$ 97 mil, prejudicando aproximadamente 250 servidores municipais.

Os funcionários não aceitaram este desrespeito com os interesses do povo do município. Trabalhando dois turnos, agora o prefeito quer reduzir para apenas um e pagar apenas 50% do mínimo, sendo que o mês de maio já não foi pago corretamente.

Os vereadores Miranda e

Pina, do PMDB, estão junto com os funcionários se mobilizando para barrar este golpe, que ainda mais vai prejudicar a vida do povo do município em especial dos servidores.

Está sendo preparada uma assembléia geral que discutirá o problema. "Se for preciso parar, pararemos" — afirma um funcionário que foi junto com Miranda e Pina contactar o deputado do PMDB Paulo Fonteles para que denuncie o prefeito e exija respeito aos direitos dos funcionários. (P.B. - Belém, Pará)



fala o POVO

Neste número três cartas receberam maior destaque. A primeira se refere a uma greve na Motorádio. Os autores, além de descrever o movimento, levantaram todos os pontos de conflito entre os operários e o patrão, mostrando as razões da greve. A outra carta, dos funcionários do Hospital das Clínicas de Recife, Pernambuco, seguiu o mesmo caminho, analisando as causas e o processo da greve dos funcionários.

A terceira carta, vinda de Cedro, no Ceará, conta da tentativa de assassinato de uma mulher pelo ex-marido. Uma denúncia viva da discriminação da mulher. Que não é fruto apenas do regime militar, mas de todo um sistema capitalista, que considera as massas femininas como inferiores. (Olivia Rangel)

Aposentados lutam por pensão digna

"Quero ocupar um pequeno espaço deste jornal para falar sobre um problema que ocorre aqui em Mossoró com o serviço de burocratização que acabou com os aposentados e os procuradores causando grande revolta do povo no INPS e nos cartórios da cidade. Foi uma grande injustiça que fizeram com os pobres.

"Eu vi uma mulher em Baraúnas (município vizinho de Mossoró) que gastou mais de Cr\$ 20 mil para renovar a procuração. Ela recebe Cr\$ 27 mil, ou seja, ficou sem nada. Sabemos que é preciso fazer renovação nas procurações, mas não da maneira que foi feita. Quem se saiu bem foram os donos de cartórios, que se aproveitaram da miséria dos pobres para aumentar o capital às custas dos velhos. Digo isso porque passei uma semana andando no INPS e no Funrural e vi a revolta do povo com essa situação. Acho que é um caso que merece ser denunciado, porque é uma grande injustiça que estão fazendo com os pobres". Essa foi a transcrição da carta que recebemos de F.J.S. com denúncias a respeito da renovação da procuração dos aposentados. (grupo de apoio Manoel Torquato à TO-Mossoró, Rio Grande do Norte)

Estudantes são reprimidos por PM no Brasília Machado

Logo nas primeiras semanas de aula, os estudantes do Brasília Machado depararam-se com as várias medidas arbitrárias tomadas pela nova diretora. Devido a isso foram feitas assembléias e paralisações. Conquistamos vitórias parciais. Daí os estudantes deslançaram: participaram da Campanha Pró-Diretas fazendo barulho e passeata até a Sé. Tudo isso debaixo da arrogância e do autoritarismo da diretora que não vacilou em baixar a repressão.

Logo após as manifestações, adotaram-se mais medidas repressivas, como o livro de ocorrência e suspensão. Não deu outra: mais manifestações e outra Noite do Barulho no dia 25 sob o lema "Democracia no Brasília e no Brasil". Tentou-se negociações, mas a diretora manteve-se intransigente. Mais revolta, outra manifestação: a queima dos livros de ocorrência e assembléia. A queima não aconteceu (tiraram os livros antes — Vitória!), mas teve assembléia. Logo após a assembléia, os alunos Ivan Prado Silva, presidente do CCE, e Elder Vieira dos Santos foram presos por Policiais Militares armados dentro da escola chamados pela direção da escola.

Em resposta, a UBES e demais entidades gerais mobilizaram a imprensa, parlamentares e convocaram uma audiência com o Secretário da Educação. Essa audiência garantiu: uma sindicância para apurar as responsabilidades; a proibição de qualquer suspensão ou expulsão; a proibição da entrada de policiais na escola para prender estudante; e uma nova assembléia. Após a assembléia houve uma reunião da Comissão de alunos, do CCE e das entidades gerais com o Delegado de Ensino. Essa reunião garantiu, entre outras coisas, uma nova assembléia, agora bem organizada e divulgada, no dia 6 de junho, às 20-40h. Ou seja, garantiu liberdade de organização (ainda que mínima).

Esses fatos demonstram a disposição dos estudantes em combater a repressão nas escolas, que é fruto da repressão em nosso país. Esses fatos são provas do despertar da juventude para o novo, para a luta: luta por melhores condições de ensino; por mais verbas para a educação; por Democracia nas escolas e no país! (CCE do Brasília Machado - São Paulo, SP)

Posseiros resistem em Pontes e Lacerda

Em Pontes e Lacerda, no dia 27 de maio, posseiros fizeram assembléia geral para tirar a comissão que os representaria, composta por 20 elementos.

A assembléia geral teve como objetivo organizar os posseiros, demonstrando que somente unidos, somando forças, é que eles conseguirão se fortalecer para defender seus direitos. Estava presente também um advogado que indicou como os lavradores deveriam proceder.

A assembléia geral contou com a presença de cerca de 300 posseiros. Um dos representantes da comis-

são declarou que a área de conflito é uma sobre de terras da reserva indígena.

Nesta área vivem 300 famílias há mais de 11 meses. Mas um dos maiores latifundiários da região, Zígonar Ferreira Franco, alega que a terra é dele; colocou na região policiais que espantaram posseiros, levando-os presos e os fizeram assinar termo de compromisso à força.

Com a retirada dos policiais, instalaram-se na área 14 pistoleiros com armas pesadas (como metralhadoras). Mas os posseiros permaneceram em suas terras

fará sair dali, onde querem plantar para colher.

O latifundiário contou com a colaboração do juiz de Mirassol do Oeste (da qual Pontes de Lacerda, é comarca), que designou um oficial de Justiça para interditar a área de conflito. O oficial foi acompanhado de três policiais à região, mas voltou e disse que os posseiros estavam armados, o que era mentira. Os posseiros unidos acreditam que organizados irão acabar com tantas arbitrariedades e trabalharão na terra para torná-la produtiva. (M.S.M — amiga da TO — Pontes e Lacerda, Mato Grosso)

No povo está a força da Tribuna Operária

A partir desta edição circulamos com 10 páginas, graças ao vigoroso apoio político e material que recebemos de trabalhadores e democratas. Após o atentado de 22 de abril, a *Tribuna Operária* ainda se fortalece mais! Os inimigos da liberdade não podem compreender, mas a nossa força está na própria luta do povo por um futuro melhor.

RIO GRANDE DO SUL

"No momento em que o próprio governo prende pessoas que jejuam pelas diretas e detém jornalistas (como ocorreu em Brasília), incentiva a que grupos paramilitares voltem a atuar com desenvoltura.

Manifesto minha indignação com o atentado de que foi vítima a *Tribuna Operária* em São Paulo. "Deputado estadual José Ivo Sartori, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. (PMDB-RS).

"O incêndio criminoso é



Dep. José Ivo Sartori.

mais um atentado contra as forças populares e democrá-

ticas brasileiras." Deputado estadual Almir Lorenzon, vice-líder do PMDB na Assembleia Legislativa.

"Repudiamos veementemente este atentado e nos solidarizamos com a *Tribuna Operária*, certos de que o jornal prosseguirá com destemor, expressando a voz dos oprimidos e dos explorados, e os anseios de liberdade de nosso povo." Deputado estadual Francisco Carrion (PMDB-RS)

"As entidades estudantis gaúchas repudiam o incêndio criminoso à sede da *Tribuna Operária* e à sede da Anistia Internacional, entendendo que estes são ataques à liberdade de imprensa e de organização." Conselho de Entidades Estaduais.

ACRE

"Nossa solidariedade ao combativo *Tribuna Operária* que defende os interesses da classe operária e as liberdades do país." Associação dos Professores do Acre e Pascoal Muniz, vice-presidente norte 1 da CPB.

PARAÍBA

"Ao longo de sua existência, a *Tribuna Operária* tem se colocado ao lado do povo sofrido e contra essa política desastrosa de regime militar que oprime o povo de nosso país há exatamente vinte anos. Condenamos o terror de direita apoiado pelo regime que governa o país há vinte anos. Seguem-se 32 assinaturas de entidades estudantis e populares da Paraíba.

SANTA CATARINA

"Reconstruam!!! A luta é justa é nós apoiamos." Centro Acadêmico Livre de Biologia da UFSC.

PARANÁ

"Temos a certeza de que este jornal continuará firme na defesa das lutas do povo brasileiro, pelo fim do regime militar e pelas diretas-já! Associação Profissional dos Enfermeiros do Estado do Paraná.

BAHIA

"Queremos comunicar que nos mutirões da *Tribuna* o povo está cada vez mais interessado pelo combativo jornal. Essa é a resposta ao terror fascista dos generais. Domingos Ailton do Centro dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Jequié.

ALAGOAS

"Protesto contra este ato criminoso que fizeram contra esse grande jornal, que fala alto e descobre tudo o que está por debaixo do pano." Miranda, PDT-AL.

SÃO PAULO

"O *Tribuna Operária* tem que se erguer, se fortificar; não serão atos como esse que farão impedir essa caminhada." João Santo Carcan.

MINAS GERAIS

"O atentado por certo não impedirá a continuidade da luta patriótica que o jornal vem desenvolvendo. Deputado Federal Luiz Sefair.

CEARÁ

"Neste momento faz-se necessária a solidariedade de todos. Não admitiremos ver nossas conquistas pisoteadas pelas botas dos generais. Diretório Central dos Estudantes da UFCE.



"Trabalhadores do Petróleo", classe operária presente na tela de Pandeli Lena

A literatura e a arte florescem na Albânia

Realizou-se recentemente em Tirana o 3º Congresso da Liga dos Escritores e Artistas da Albânia, uma das muitas organizações de massas engajadas na revolucionarização constante do país e na construção do socialismo. A Liga joga um papel de proa na luta ideológica no terreno da literatura e das artes albanesas.

Com 1.746 membros e núcleos espalhados por todas as regiões do país, a Liga dos Escritores e Artistas reúne e organiza politicamente os criadores albaneses. Para Dritero Agolli, escritor e poeta traduzido em várias línguas e presidente da entidade, no Congresso "discutiu-se com elevado sentimento de responsabilidade como levar mais adiante a criatividade artística, como reforçar seu conteúdo e elevar sua qualidade, como aprofundar o espírito militante e intensificar seu papel educativo na sociedade socialista".

Exploradores pisoteavam a cultura popular

Na história secular da Albânia, o povo sempre encontrou meios de se expressar artisticamente, cultivando a poesia, a música e a dança. Mas os regimes antipopulares e de ocupação sempre pisotearam a liberdade e a soberania albanesas, e trataram de mantê-la no atraso cultural, no obscurantismo e na ignorância. Antes da revolução popular, havia apenas dois museus e cinco bibliotecas, com um acervo de 13 mil exemplares.

A revolução popular e o socialismo modificaram completamente este panorama. Ao lado das tarefas políticas e econômicas, ocorre no país a libertação espiritual, a formação do homem

novo, com uma nova cultura que preserva a originalidade nacional e as tradições sadias do passado, e incorpora o que de melhor a humanidade produziu em sua trajetória.

A pequena Albânia possui hoje 2 mil museus, desde o imponente Museu Nacional em Tirana, até as salas-museu existentes nas escolas, fábricas e cooperativas agrícolas. Um acervo de 4 milhões de livros está distribuído por mais de 50 bibliotecas, sem contar as pequenas bibliotecas das várias instituições.

Os Palácios de Cultura e as Casas de Juventude funcionam também como centros dinamizadores culturais e artísticos. Multiplicam-se os cinemas, teatros e auditórios. A atividade cultural é subsidiada, assegurando um baixo preço para as entradas nos espetáculos, que equivalem ao preço de um maço de cigarros.

Mas a revolucionarização cultural que se processa na Albânia não se reduz a isso. Os albaneses não são espectadores passivos das apresentações artístico-culturais, mas autênticos criadores. Nas praças e ruas albanesas é comum deparar-se com cartazes dizendo "O

povo albanês é um povo solidário", alusivos à responsabilidade de cada cidadão com a defesa nacional. Parafraseando, podemos dizer que se trata também de um povo artista.

Os artistas albaneses chegam ao seu 3º Congresso com uma série de vitórias acumuladas em sua atividade. Em particular nos últimos anos apareceram belas obras de arte, de elevado conteúdo, de densidade de idéias e de inegável gosto estético. Dentre os romances, obras como "O Grande Inverno", de Ismail Kadare; o poema épico "Mãe Albânia", de Dritero Agolli; no cinema, "Beni Caminka Sozinho" e "Quando Rodava um Filme" (ambos premiados no Festival Internacional de Salerno) — são trabalhos merecedores da apreciação positiva em vários países. Os quadros e as esculturas encantam o visitante por sua beleza e expressividade.

Obras belas e de conteúdo elevado

Os delegados ao Congresso da Liga discutiram exaustivamente os problemas e as tarefas atuais que se colocam perante os escritores e artistas na presente etapa da construção do socialismo.

Reafirmaram sua disposição de colocar ainda mais a literatura e as artes a serviço do povo. Assumiram o compromisso de elevar o nível do conteúdo de suas obras e aprimorar a forma, a linguagem e o estilo, tornando-as mais belas, à altura de um povo que avança para um futuro de cultura, de ciência e de saber.

(José Reinaldo Carvalhó, da Associação de Amizade Brasil-Albânia)



Tijolo a tijolo a sede da Tribuna Operária vai sendo reconstruída com o apoio dos operários

Contribuições ultrapassaram os 11 milhões de cruzeiros!

Nei Santos (SP)	Cr\$ 100.000,00
Coleta na Sociedade Amigos da Ponte Rasa e Móbrel (SP)	8.400,00
Alunos da EESG Cond. Filomena Matarazzo (SP)	2.800,00
Luiz A.S. do Nascimento, Pres. da Juv. do PMDB de V. Brasilândia (SP)	5.000,00
Núcleo Banespiano Pró-Diretas da Freguesia do O (SP)	3.500,00
Funcionários das Persianas Colúmbia (SP)	25.000,00
Venda de bônus na Z. Leste (SP)	25.000,00
Venda de bônus em Suzano (SP)	4.000,00
Sind. dos Empregados em Editoras, Assinatura de Reconstrução (SP)	30.000,00
João Santo Carcan (SP)	3.000,00
Coleta na reunião do Comitê "Teotônio Vilela" (PB)	3.200,00
Coleta no almoço em homenagem ao ex-deputado e escritor José Joffilly (PB)	27.000,00
Advogados (PB)	10.000,00
João Santo Carcan (SP)	3.000,00
12 assinaturas de reconstrução (RS)	360.000,00
Guilherme (RS)	5.100,00
Nova coleta no Partenon (RS)	16.000,00
Rio Grande (RS)	3.000,00
Venda de bônus em Passo Fundo (RS)	9.000,00
Venda de Bônus na UFRGS	4.600,00
Venda de bônus em Campo Bom (RS)	5.000,00
Bônus vendidos pelo Rauli (RS)	6.000,00
Outras vendas (RS)	6.550,00
Dep. fed. Luiz Sefair (MG)	20.000,00
Eng. Mário Guerino (GO)	12.000,00
Festa em apoio à TO em Manaus (AM)	2.500.000,00
Subtotal	3.194.150,00
Total das semanas anteriores	7.938.426,00
Total geral	11.132.576,00

Errata: Na edição passada, por equívoco, foi publicada uma contribuição dos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como sendo da UFRJ.

Os amazonenses fizeram uma testa para arrecadar dinheiro para a *Tribuna Operária*, e o resultado de seu esforço aí está: Cr\$ 2 milhões e 500 mil! Recebemos também nesta semana um mimeógrafo de um núcleo de apoio ao jornal no Banco do Brasil em São Paulo, uma escrivinha da colaboradora Ilika e material para escritório e para nossos arquivos, de Ribeirão Preto.

Apoio na prática

Ajude a reconstruir a *Tribuna*. Deposite sua contribuição na conta 04202/0 da Agência 768 do Banco Itaú de S.Paulo, em nome de Divo Guisoni. Envie também fotos para ajudar a recompor nosso arquivo.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318
Telefone: 36.7531 (DDD 011). **Telex:** 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelaje CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - CEP 69000

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800 **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100 **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 - CEP 45600 **Itapetinga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060 **Salvador:** Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000 **Síomes Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70102

CEARÁ - Fortaleza: Rua do Rosário, 313 - sala 206, Centro - CEP 60000 **Iguatu:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960 **Sobral:** Av. Dorn José, 1236, sala 4 CEP 62100

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapiciririm: Praça Gerônimo Monteiro, 739, sala 2 - Centro - CEP 29300 **Vitória:** Rua Francisco Araújo, 17 (esquina com escadaria Clete N. Lires) Centro - CEP 29300.

GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000 **Formosa:** Rua E. M. Póvoa, sala 4 - CEP 77200 **Anápolis:** Rua Desembargador Jaime, 105, sala 204 - CEP 77100

MÁ RANHÃO - São Luís: Rua da S. Jvedra, 99 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321.5095 - CEP 78080

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1132, 1º andar, sala 15 - CEP 79100

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224.7605 - CEP 30000 **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100

PARÁ - Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000

PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Caladão - Centro - CEP 58000

Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Martin Afonso, 370 - CEP 87000 **Londrina:** Rua Sergipe, 691 - salas 7 e 8 - CEP 86100

PIAUI - Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 3º andar - CEP 64000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vige-Batista, 236 - CEP 54500 **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300 **Recife:** Rua Sossogo, 221, Boa Vista

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202 - Alecrim - CEP 59.000

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000 **Caxias do Sul:** Rua Dal Canale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100 **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1598, sala 403 - CEP 96100 **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 125, sala 20 - Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000 **Rio de Janeiro:** Carvalhoso de Souza, 155, loja F. Madureira - CEP 20000 **Niterói:** Av.

Amaral Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000 **Nova Iguaçu:** Av. Marechal Floriano, nº 2248, sala-4 - CEP 26000

RORAIMA - Boa Vista: Rua Alencar Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69300

SÃO PAULO - Campinas: Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100 **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500 **Ossos:** Rua Tenente Avelar Pires de Azevedo, 25, 2º andar, sala 12 - CEP 16000

Piracicaba: Rua XV de Novembro, 728, sala 3 - CEP 13400 **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119 - CEP 14100 **Santos:** Av. Dom Pedro, 11, 7 - CEP 11100 **Santo André:** Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000 **São Bernardo do Campo:** Av. José Arthur da Frota Moreira, 61 - Ferrazópolis - CEP 09000 **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - Centro - CEP 12200 **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - Centro - CEP 12100

SERGIPE - Aracaju: Rua Araújo, 599 - CEP 49000

A *TRIBUNA OPERÁRIA* é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta na Proposta Editorial, fone 263.74000, impressa na Jorúffs, Cia Editora; fone 815.4999, São Paulo, SP

Tribuna Operária

FAÇA A SUA ASSINATURA

Desejo receber em casa a *Tribuna Operária*. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318. Anual de apoio (52 edições). Cr\$ 30.000,00 Anual comum (52 edições). Cr\$ 15.000,00 Semestral de apoio (26 edições). . . Cr\$ 14.000,00 Semestral comum (26 edições). . . Cr\$ 7.000,00 Anual no exterior. US\$ 70,00

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP:
Profissão: Data:

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O drama de Pixote longe das telas

Quatro anos após se tornar conhecido no Brasil e no exterior, representando o personagem central do filme "Pixote, a lei do mais fraco", Fernando Ramos da Silva voltou às páginas dos jornais. Desta vez *Pixote* foi preso de verdade e torturado numa delegacia de Diadema, no ABC paulista, acusado de furto. Ele está há um ano de desempregado.

No filme, que fez sucesso a partir de 1980, *Pixote* era um menor abandonado que se envolvia em furtos, ia preso, não tinha perspectiva de vida. Agora, em final de maio, a imprensa noticiava que o ator de *Pixote*, Fernando, estava preso em Diadema, sob suspeita de ter participado de assalto a uma residência, em companhia de outros quatro rapazes, no último dia 22. Após três dias de detenção e torturas, o juiz mandou soltá-lo porque entendeu que o garoto teve o campo de trabalho fechado.

CULPA DO DESEMPREGO

A *Tribuna Operária* visitou Fernando Ramos da Silva, encontrando-o na casa de sua família na Vila Ester, bairro pobre de Diadema, que mistura favelas e fábricas pequenas e médias. Com a feição triste e um corpo ainda franzino, nos seus 15 anos, Fernando não quis dar nenhuma declaração, magoado com a imprensa que o apresentou como bandido, com destaque.

Sua fisionomia agora já deixou o ar infantil que o caracterizou nas telas do cinema. Sua fala calma não denota nenhuma maldade ou violência. A mãe aceita conversar sobre a vida da família e pede para Fernando ficar junto. Obediente, ele senta-se conosco na sala da casa. Josefa Carvalho da Silva, mais conhecida como Dona Zefa, é uma pernambucana de 48 anos, mãe de



Fernando com a mãe (à direita): "situação péssima"

10 filhos — Fernando é o 6º — que há 15 anos vende bilhetes da loteria nas ruas do centro de São Paulo.

Ela conta com orgulho o trabalho de seu filho e faz questão de mostrar que ele não é bandido. "Um homem que eu odiei é o chefe da delegacia — diz Dona Zefa. Ele me falou que mãe de bandido não tem vez aqui". A mãe de Fernando explica que aconteceu isso com seu filho porque ele "está há um ano sem conseguir emprego". E acrescenta: "O que está precisando no país é mais emprego. Se tivesse emprego não tinha tanta miséria, tanto assalto, tanta injustiça".

"SITUAÇÃO PÉSSIMA"

Quando o pai de Fernando morreu há sete anos — era carregador de sacos — Dona Zefa teve que arcar com a responsabilidade de sustentar toda a família. Hoje ela fala que "a situação está péssima para nós todos. Antes ganhava um pouco mais, agora não dá..."

O primeiro trabalho de Fernando foi na peça teatral "O último carro", de João das Neves. Logo depois ele foi contratado por Hector Babenco para participar no filme *Pixote*.

Aí veio a fama. "Quando o Fernando estourou com aquele sucesso, eu senti que ia poder ter uma vida melhor, ia poder ter uma casa", desabafa a mãe do ator. E de fato, com as economias do trabalho nas filmagens e de anúncios onde Fernando participou, foi possível construir parcialmente a casa onde moram atualmente. Depois de ficar contratado durante um ano pela TV Globo, não conseguiu mais emprego.

Apesar do sucesso, a situação da família mudou pouco. Fernando sempre dizia que "ter fama não está com nada". Segundo sua mãe, uma tarde ele viu sua irmã mais nova chegar em casa e não ter nada para comer. "Aí ele falou que um dia as coisas iam mudar, ou para melhor ou pra pior". Dona Zefa explica que seu filho tem um bom coração. "O Fernando nunca quis luxo. O que ele quer é ter as coisas dentro de casa para os irmãos".



Regime empurra jovens para a marginalidade

Brasil: um país de jovens abandonados

Fatos como este em que *Pixote* se envolveu têm ocorrido aos milhares em nosso país. Só que os outros jovens personagens ficam no anonimato, recebem algumas linhas nas páginas policiais da imprensa. Fazem parte do enorme contingente de jovens (praticamente a metade da população brasileira tem menos de 19 anos) que é empurrado para a marginalidade pela polícia antipopular do regime militar.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, os mais atingidos pelo desemprego são os menores de 19 anos e as pessoas com idade superior a 49 anos. Para a juventude há poucas escolas e muitos jovens não podem frequentá-la por que são obrigados a trabalhar mais de oito horas por dia. O censo do IBGE de 1980 já apontava que dos 27 milhões de menores entre 10 e 19 anos, quase 6 milhões não tinham instrução.

A advogada Lia Junqueira, do Movimento de Defesa do Menor, afirma que existem no país cerca de 32 milhões de crianças em estado de carência. No Nordeste, de cada 10 crianças, seis passam fome. Em São Paulo metade das crianças são desnutridas. O índice de mortalidade infantil é um dos mais altos do mundo. Por hora morrem 45 crianças antes de completar um ano de idade, tendo como causa principal a subnutrição. Num documento lançado recentemente, a CNBB (órgão da Igreja) afirma que no próximo ano 380 mil crianças deverão morrer por problemas de saúde. Como conclui Lia Junqueira, "se você for procurar um culpado pela marginalidade dos jovens você vai cair neste regime em que vivemos".

Centro de Documentação e Fundação Maurício Grabois



Na assembleia de domingo, 2 mil operários erguem os braços e aprovam a greve para derrotar o decreto 2.065

A poderosa greve dos operários de Betim

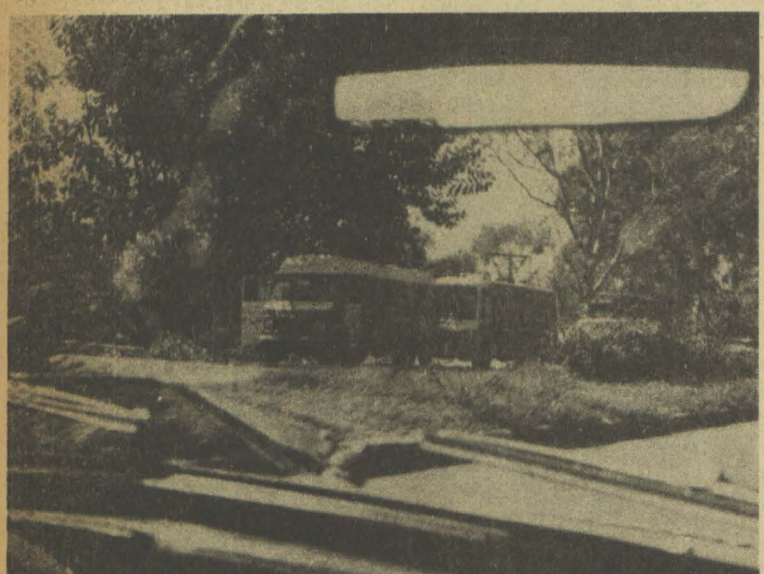
Desde a madrugada de segunda-feira, dia 4, a cidade operária de Betim, em Minas Gerais, está em greve. Os 9 mil metalúrgicos da Fiat, seguidos pelos 1.800 da FMB, cruzaram os braços para enfrentar o arrocho salarial e o desemprego. Eles contam com a simpatia de todos os trabalhadores brasileiros e mais: no dia 5 os operários da Fiat de Turin, na Itália, pararam duas horas como forma de solidariedade internacionalista.

A paralisação foi decretada domingo, numa assembleia de mais de 2 mil operários. Com o movimento, os grevistas pretendem quebrar a intransigência dos patrões, que insistem em aplicar o decreto-lei 2.065 e não conceder as reivindicações de 10% de aumento salarial a partir de maio e estabilidade no emprego por um ano.

Dos 12 mil metalúrgicos de Betim, 9 mil são da Fiat, 1.800 da FMB e o restante está disperso em pequenas fábricas. A situação da categoria fica pior a cada ano. A Fiat paga os mais baixos salários do mundo na indústria automobilística e seus projetos de robotização para aumentar a produção ameaçam de desemprego mais de 3 mil pais de família. A FMB, que produz diariamente 250 toneladas de ferro fundido e 45 toneladas de alumínio, está

superexplorando os operários com carregadas horas extras para cumprir os volumosos contratos de vendas.

A soma dessas dificuldades fez com que a rotina fosse quebrada na Fiat. Na segunda-feira, os operários do turno das 6:22 horas chegaram à empresa, trocaram de roupa, bateram o ponto e, ao invés de irem para as máquinas, dirigiram-se em grupos para um espaço vazio entre a prensa e a mecânica. A partir daí nenhum carro foi fabricado e nenhum motor montado. Segundo informações de um operário, "1.004 motores deixaram de ser montados apenas nos dois primeiros dias de greve".



Presença constante das tropas da PM no interior das fábricas

Reunidos em grandes grupos, os grevistas fizeram um arrastão por toda a empresa, desde os galpões até o escritório. Ao final, o resultado

era a adesão total à greve. Pela cerca, um metalúrgico informou à *Tribuna Operária*: "Lá dentro está tudo parado. Só funciona o restaurante, o departamento médico, os bombeiros e a vigilância". Também está trabalhando o setor de computação da folha de pagamento, "mas se o salário não sair na próxima segunda-feira a gente vai lá parar o pessoal", disse o grevista.

Passeata de 6 mil na Fiat dribla a PM

A disposição dos trabalhadores é grande. Prova disto foi a vibrante passeata realizada às 14 horas de terça-feira. Seis mil operários saíram em passeata e foram cercados por um Pelotão de Choque da PM, que entrou na fábrica e bloqueou a caminhada no galpão da mecânica. Aos gritos de "Trabalhador Unido Jamais Será Vencido" e cantando o Hino Nacional, os grevistas não se intimidaram e prosseguiram a passeata, após uma conversa dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos com o comandante do Pelotão.

"A gente não desiste. A Fiat tem soltado boletins dizendo que a greve é ilegal. A PM já entrou na fábrica. Mas ninguém desiste", comentava, satisfeito, um peão. Outro elogiava a passeata: "Foi muito bonita. O pessoal todo unido, sem quebrar nada, nem um parafuso". As assembleias, realizadas todos os dias nos portões da Fiat, estão sempre lotadas. Feitas na troca de turmas, às 16:30 horas, os que entram na fábrica vestem os macacões e correm para a cerca para assistir-las.

A FMB não parou na manhã de segunda. A direção da empresa fez de tudo para tentar barrar a greve, impedindo a entrada de sindicalistas que trabalham normalmente na produção e, inclusive, segurando nos portões os 180 operários da fermentaria — o setor mais organizado, que já na sexta-feira havia parado durante meia hora. Na parte da tarde os ônibus não mais estacionaram na portaria e despejaram os operários no pátio interno, para impedir qualquer movimentação.

Mas na terça-feira "os companheiros do gusa cruzaram os braços as três da manhã e passaram a fazer um arrastão. A greve partiu do setor que menos esperávamos", relatou à *Tribuna Operária* o operário ferramenteiro e diretor do Sindicato Carlos Ribeiro. Por decisão dos próprios trabalhadores, a única seção que não

parou foi a do forno do gusa, que tem de ser mantido quente para não causar prejuízos irreversíveis.

Na manhã do mesmo dia as redondezas da FMB foram tomadas pela repressão. Na portaria se concentrou um forte aparato e mais de 100 PMs invadiram a fábrica, espalhando-se pelos pátios e guardando as portas dos galpões. Só para o transporte das tropas foram utilizados três caminhões e três microônibus, além de oito viaturas da Rota. Apesar desta repressão ostensiva, os grevistas não baixaram a cabeça. Permaneceram parados, fazendo rodinhas no interior da indústria para manter a coesão.

Na primeira audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, quinta-feira, os representantes patronais ainda se mostraram intransigentes. Concordaram em conceder estabilidade apenas até 15 de agosto e não punir nenhum grevista; mas afirmam que só cedem 20% a título de antecipação salarial e exigiram a reparação das horas-paradas. Por outro lado tentam criar um clima de terror, divulgando que o Sindicato dos Metalúrgicos sofrerá intervenção em breve.

Patrões temem a queda nas exportações

Esta arrogância, no entanto, indica que os empresários estão preocupados. O próprio gerente de comunicação da Fiat, Lindolfo Paoliello, já admitiu que a empresa está tendo problemas para exportar seus automóveis. Tanto a Fiat como a FMB se surpreenderam com o nível de organização da greve, com a coesão e combatividade dos grevistas.

No fechamento desta edição, os operários realizavam assembleias nos portões das duas empresas para avaliar a proposta patronal. Segundo Edmundo Vieira, vice-presidente do Sindicato, "apesar de já termos conquistado os 20% de antecipação, a categoria tem se manifestado firmemente na reivindicação dos 10% de reposição salarial e da estabilidade de um ano".

Os grevistas também têm recebido grande solidariedade, com sindicalistas de outras categorias e Estados presentes às assembleias. A Chapa 1, Unidade e Renovação, que concorre as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, distribuiu nas fábricas de sua base um jornal com apoio à greve de Betim. (da sucursal)

Greve na hora certa

Os 9 mil metalúrgicos da Fiat de Betim escolheram a hora certa para deflagrar sua greve, demonstrando grande sensibilidade de classe. A paralisação atinge a empresa exatamente num momento de crescimento, quando 50% de sua produção está reservada para o mercado externo e a firma se prepara para um novo lançamento, o carro Uno. A Fiat é a indústria automobilística no país que mais produz para a exportação, atingindo os mercados da Europa e da América Latina. A greve questiona também a política econômica do governo, que incentiva a exportação

para pagar a dívida externa, e deixa de lado o mercado interno e os trabalhadores.

A multinacional italiana na suga o sangue do operário brasileiro, aproveitando-se das mil regalias do governo, da farta matéria-prima e, principalmente, da nossa mão-de-obra barata. No entanto, nega aos que produzem as riquezas um minguado reajuste de 10% e estabilidade no emprego.

Ainda não está decidido o êxito ou não da greve. Mas uma coisa é certa: o movimento paredista cationa também a política econômica do governo, que incentiva a exportação